

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A escolaridade das mulheres e o desenvolvimento humano: casos mais extremos na África Subsaariana

Inês Isabel Carvalho Aldeano

Mestrado em Sociologia

Orientador:
Doutor Nuno Nunes, Professor Auxiliar,
Iscte- Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

A escolaridade das mulheres e o desenvolvimento humano: casos mais extremos
na África Subsaariana

Inês Isabel Carvalho Aldeano

Mestrado em Sociologia

Orientador:
Doutor Nuno Nunes, Professor Auxiliar,
Iscte- Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

“There are two powers in the world; one is the sword and the other is the pen. There is a third power stronger than both, that of women.”

- Malala Yousafzai

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao professor Nuno Nunes pela disponibilidade, amabilidade e por me ter acompanhado ao longo destes meses na elaboração da tese. Agradeço também à professora Maria do Carmo Botelho pelo apoio e ajuda e, ainda, pela disponibilidade.

Em segundo, agradeço também aos meus amigos que por muita distração que me causem, conseguiram fazer com que percebesse que a vida vai além das minhas conquistas académicas, não descartando a importância delas.

Por fim, agradeço à minha família, não só os que estão comigo fisicamente, como também os que estão a olhar por mim do céu. A eles dedico todas as minhas conquistas.

O meu mais sincero obrigada.

RESUMO

Quando pensamos em justiça, pensamos em desigualdades no mundo como as desigualdades educacionais e de género. A educação é um direito humano fundamental que frequentemente vemos ser privado de crianças em todo o mundo e, particularmente, mas não só, na África Subsaariana e as mulheres são as que ficam mais excluídas. As Nações Unidas criaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4, 5 e 10: o primeiro visa garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, o segundo visa alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas; o terceiro, reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países. A UNESCO refere que a educação é um meio para alcançar outras metas de desenvolvimento humano e sustentável. Esta dissertação analisa se a relação entre a educação e o desenvolvimento humano é visível, na região mais afetada, nomeadamente na África Subsaariana. Assim, foram analisados dados dos países com melhor e pior desempenho na educação e verificou-se que existe uma correlação com os dados desses mesmos países, com outros indicadores de desenvolvimento humano, o que pode evidenciar que a educação pode ser um meio para alcançar ou acelerar o progresso para outros objetivos de desenvolvimento humano e sustentável serem alcançados. É importante fazer uma análise mais extensiva para que seja possível perceber quais os efeitos e alterações nos dados a longo prazo.

Palavras-Chave: Desigualdades Educacionais, Educação, Desenvolvimento Humano, África Subsaariana

ABSTRACT

When we think of justice, we think of inequalities in the world such as educational and gender inequalities. Education is a fundamental human right that we often see deprived of children around the world and particularly, but not only, in sub-Saharan Africa and women are the most excluded. The United Nations created Sustainable Development Goals 4, 5 and 10: the first aims to ensure access to inclusive, quality and equitable education and promote lifelong learning opportunities for all, the second aims to achieve gender equality and empower all women and girls; the third, to reduce inequalities within countries and between countries. UNESCO mentions that education is a means to achieve other human and sustainable development goals. This dissertation analyzes whether the relationship between education and human development is visible in the most affected region, namely sub-Saharan Africa. Thus, data from countries with the best and worst performance in education were analyzed and it was found that there is a correlation with data from these same countries, with other human development indicators, which may show that education can be a means to achieve or accelerate progress towards other human and sustainable development goals being achieved. It is important to do a more extensive analysis so that it is possible to understand the effects and changes in the data in the long term.

Keywords: Educational Inequalities, Education, Human Development, Sub-Saharan Africa

Índice

Capítulo 1: Introdução	1
Capítulo 2: Revisão de Literatura.....	3
2.1 Justiça e Direitos Humanos.....	3
2.2 Desigualdades na Educação.....	5
2.3 Objetivos 4 e 5 de Desenvolvimento Sustentável: Educação como meio para alcançar o desenvolvimento sustentável	7
2.3.1 Eliminar a pobreza, prosperidade, crescimento económico e aumento das oportunidades e condições de trabalho	8
2.3.2 Saúde: salvar vidas, evitar a propagação de doenças, eliminar a desnutrição ...	10
2.3.3 Comunidades: participação democrática, prevenção da degradação ambiental, combate à discriminação e empoderamento das mulheres	11
2.4 Objetivos 4 e 5 de Desenvolvimento Sustentável: uma insustentabilidade ambiental	14
Capítulo 3: Metodologia.....	17
Capítulo 4: Análise e Discussão de Dados	21
4.1 A escolaridade feminina e o desenvolvimento	21
4.2 Ensino e desenvolvimento humano	29
4.3 Investimento em educação e desenvolvimento humano.....	39
4.4 Alfabetização de adultos e desenvolvimento humano	41
Capítulo 5: Conclusões.....	45
Referências Bibliográficas.....	47

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Relação entre a média de anos de escolaridade do sexo feminino e a taxa de natalidade de adolescentes, no ano de 2021	21
Gráfico 2 - Relação entre a média de anos de escolaridade do sexo feminino e a Esperança de vida à nascença, no ano de 2021	22
Gráfico 3- Relação entre a média de anos de escolaridade e a incidência de malária, no ano de 2018.....	24
Gráfico 4- Relação entre a média de anos de escolaridade e a razão de mortalidade materna, no ano de 2017.....	25
Gráfico 5- Relação entre a média de anos de escolaridade e a taxa de mortalidade de menores de 5 anos, no ano de 2018	27
Gráfico 6- Relação entre a média de anos de escolaridade do sexo feminino e a percentagem de trabalhadores pobres a receber PPC \$ 3,20 por dia, no ano de 2019 ...	28
Gráfico 7- Relação entre a percentagem de população do sexo feminino, com 25 anos ou mais e com pelo menos algum ensino médio, e a taxa de natalidade de adolescentes, no ano de 2021.....	30
Gráfico 8- Relação entre a percentagem de população, do sexo feminino, com 25 anos ou mais e com pelo menos algum ensino médio e o índice de desenvolvimento humano, no ano de 2021.....	32
Gráfico 9- Relação entre a percentagem de população com pelo menos algum ensino médio, do sexo feminino e a incidência de malária, no ano de 2018	34
Gráfico 10- Relação entre a percentagem de população com pelo menos algum ensino médio, do sexo feminino, com 25 anos ou mais, e a taxa de mortalidade de menores de 5 anos, no ano de 2018	36
Gráfico 11- Relação entre a percentagem de mulheres com pelo menos algum ensino médio, com 25 anos ou mais, e a percentagem de trabalhadores pobres a receber PPC \$ 3,20 por dia, no ano de 2019	38
Gráfico 12- Relação entre as despesas do governo em educação na percentagem do PIB e a taxa de mortalidade de menores de 5 anos, no ano de 2018	40
Gráfico 13- Relação entre a Taxa de Alfabetização de adultos e o índice de desenvolvimento humano, no ano de 2018	42
Gráfico 14- Relação entre a taxa de alfabetização e a incidência de malária, no ano de 2018.....	43

Capítulo 1: Introdução

A pandemia da COVID-19 mostrou-nos que mesmo em confinamento era possível continuarmos a estudar em casa, embora a situação económica condicionasse determinadas famílias. No entanto, a importância da educação fez-se sentir neste tempo: seria impossível parar de educar as crianças e jovens, como também adultos.

Nesta altura, a maioria dos países fecharam escolas, o que teve efeitos na vida de muitos alunos, principalmente nos mais marginalizados. Através dos relatórios da Unesco, conseguimos ver o progresso feito relativamente aos objetivos globais na educação e conseguimos verificar que a realidade em muitos países, principalmente os da África Subsaariana, é oposta à que conseguimos observar em Portugal. A falta de acesso à educação fez-se sentir mesmo antes do covid-19, esta prejudica principalmente o sexo feminino e afeta milhões de indivíduos. Qual a influência da educação no desenvolvimento humano de cada país? Se houvesse uma maior escolarização nestes países em que ela é mais precária, que efeitos teria? O estado atual destes países é influenciado pela pouca escolarização?

O objetivo da pesquisa é conseguir responder a estas questões realizando uma análise de dados de dois conceitos: Educação e Desenvolvimento Humano. Educação é a transmissão de conhecimento e valores de uma sociedade. O Desenvolvimento Humano refere-se às oportunidades e liberdade de escolha dos seres humanos.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa será a análise de dados quantitativa: para compreender os efeitos da escolarização das mulheres nos países em que ela é mais precária, é preciso começar por entender que efeitos poderão ser estes. Recorrendo à bibliografia, abordarei as vantagens que o acesso à educação pode trazer para as pessoas e para os países. Estes efeitos serão na área da economia: reduzindo a fome, aumentando o emprego, no fornecimento de salários justos e decentes, transformando as perspectivas de emprego, aumentando a prosperidade do país; da saúde: salvando a vida de mães e crianças, reduzindo assim a mortalidade, evitando a propagação de doenças e eliminando a fome; da sociedade: promovendo sociedades saudáveis, expandindo a participação democrática, protegendo o ambiente e empoderando mulheres.

Será feita uma análise entre os indicadores de educação e desenvolvimento humano nos países da África Subsaariana que apresentam os melhores e piores desempenhos, para ver se se verificam correlações entre eles. Esta comparação tem as suas limitações por existirem indicadores úteis para a pesquisa, em que não existem dados sobre todos os países. Além disso, muitos dos países em estudo, são países em que frequentemente existem conflitos entre comunidades que poderão ter efeitos nos indicadores analisados.

Contudo, esta análise, pode nos ajudar a perceber se estes efeitos da escolarização se verificam e compreender a importância da educação e o seu papel na sociedade.

Capítulo 2: Revisão de Literatura

2.1 Justiça e Direitos Humanos

Regularmente somos confrontados com situações de injustiça social, que gostaríamos de mudar e que nos fazem entrar em consequentes discussões relativamente aos direitos humanos e ao que está certo e errado.

O local onde vivemos influencia os rendimentos que obtemos ao longo da nossa vida, o que dá origem ao termo “citizenship premium” que é quando um indivíduo nasce num dos países considerados “certos” por ser possível obter maiores rendimentos, e o termo “citizenship penalty” que é quando um indivíduo nasce num dos países considerados “errados”, com poucos rendimentos. Isto evidencia que não existe igualdade global de oportunidades (Milanovic, 2016).

Amartya Sen é professor de filosofia e economia na Universidade de Harvard, tendo recebido o Prémio Nobel de Economia em 1998. Em 2009, publicou *The Idea of Justice*, em que cita duas linhas de pensamento sobre justiça que foram criadas durante o período europeu do Iluminismo (Sen, 2009).

Amartya Sen, na sua obra *The Idea of Justice* fala-nos sobre injustiças remediáveis que sentimos a necessidade de eliminar:

“What moves us, reasonably enough, is not the realization that the world falls short of being completely just – which few of us expect – but that there are clearly remediable injustices around us which we want to eliminate.” – (Sen, 2009: vii)

Uma injustiça que facilmente conseguimos identificar no mundo são as desigualdades na educação, que começaram a ter uma maior preocupação desde 2000 (Kopnina, 2020).

A linha de pensamento de Amartya Sen é a abordagem de comparação focada na realização, ou seja, a comparação de características importantes na vida das pessoas, como comportamento, interações e não apenas focadas nas instituições, o que leva a um foco maior na eliminação da injustiça, promovendo assim a justiça, influenciada pela “teoria da escolha social”. Amartya Sen defende então que cada indivíduo deve ter a

liberdade de decidir como atingir os seus objetivos, defendendo a individualidade de cada um (Daou & Filho, 2017; Sen, 2009).

A abordagem da Capacidade de Amartya Sen, focada nos funcionamentos e capacidades, foi alvo de discussões e interpretações por teóricos de várias disciplinas. A capacidade, neste sentido, é a liberdade e as oportunidades que cada pessoa tem, e que vão além dos seus rendimentos, de modo a que sejam capazes de obter a vida que aspiram:

“Therefore, if being literate is a functioning, the real opportunity to learn how to read and write is the corresponding capability.” (Yoo, et al. 2019: 266)

Na outra linha de pensamento, que é a primeira tradição, as instituições desempenham um papel central no exercício da justiça. Essa linha de institucionalismo transcendental exige um hipotético "contrato social" (Daou & Filho, 2017; Sen, 2009).

Assim, ambas as linhas de pensamento têm grandes distinções entre si. A política contemporânea dominante é a do institucionalismo transcendental ao explorar a teoria da justiça, em que a obra que se destaca pela sua importância é a de John Rawls (Daou & Filho, 2017; Sen, 2009; Rawls, 1993).

John Rawls, mencionado por Sen como o principal filósofo político do nosso tempo, foi professor de filosofia política na Universidade de Harvard e, em 1971, lançou a sua importante obra *A Theory of Justice*, que defende essa última linha do pensamento contratualista. John Rawls menciona dois princípios de justiça: o primeiro, “*The Principle of Equal Basic Liberties*” que defende os direitos individuais, ou seja, todas as pessoas têm o mesmo direito a liberdades básicas, o segundo “*The Difference Principle*” defende que apenas podem ser permitidas numa sociedade desigualdades sociais e económicas se forem benéficas para os mais desfavorecidos. Este, aborda a “*law of peoples*” que diz ser uma conceção política de direito e justiça com três características: é expressa através das ideias de uma sociedade liberal (embora possa ser aplicada em outras sociedades), pode ser aplicada a instituições sociais, políticas e económicas e não depende de uma doutrina moral, filosófica ou religiosa (Rawls, 1993).

Milanovic, em *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization* (2016), critica a teoria de John Rawls por esta não se adequar a nível global, devido a diferentes nações terem diferentes níveis de rendimento e, assim, as escolhas individuais não demonstram a complexidade das desigualdades mundiais. No entanto, menciona que

a “*law of peoples*” de John Rawls defende a igualdade de oportunidades no mundo e que direitos fundamentais devem ser uma preocupação a nível internacional.

John Rawls e Amartya Sen complementam-se e são relevantes no estudo das desigualdades na educação. Rawls cria um maior foco na igualdade de oportunidades, ou seja, as desigualdades sociais e económicas só podem ser permitidas se estas forem positivas para os estudantes desfavorecidos. Amartya Sen, por defender a liberdade de cada indivíduo, menciona a educação porque esta é uma ferramenta nas liberdades dos indivíduos, ou em contraste, um obstáculo quando existe um acesso limitado a ela. (Daou & Filho, 2017; Sen, 2009; Rawls, 1993).

2.2 Desigualdades na Educação

A desigualdade global começou a ser calculada e analisada em finais do século XX, devido à globalização e por ter sido possível o acesso aos dados necessários para a análise das desigualdades, em diferentes países. Antes do século XX, não era possível o acesso a estes dados, devido a diferentes fatores como ainda não terem sido exploradas metodologias de pesquisa e colheita de dados necessárias para conseguir cobrir determinados países, como os que serão analisados nesta dissertação: os países da África Subsaariana (Milanovic, 2016).

Em 2001, surgiu o conceito de *Developmental Idealism*, que embora tenha sido originado no ocidente, baseia-se num conjunto universal de valores e crenças acerca do desenvolvimento que podem ser aplicadas a todas as sociedades. Assim, o *Development Idealism* mostra como a educação é fundamental para o desenvolvimento e, por este conceito estar integrado em instituições, seja a nível local ou global, como ONGs e organizações internacionais, teve já uma grande influencia na mudança social global: aumentos substanciais na educação e consequentemente em outros fatores de desenvolvimento. (Thornton, et al. 2015)

A educação é um direito humano fundamental que frequentemente vemos ser privado de crianças em todo o mundo e, particularmente, mas não só, na África Subsaariana. As mulheres são as mais afetadas, embora existam países em que estas já superam os homens na escolaridade.

A maioria dos países do continente africano sofreram uma expansão educacional a partir do século XIX. No início do século XX, na África Subsaariana a desigualdade de género foi aumentando durante a era colonial, enquanto que em várias regiões do mundo ia acontecendo o oposto. No pós-colonialismo, a África Subsaariana teve um aumento lento da educação masculina, enquanto que nas outras regiões do mundo houve uma diminuição mais rápida da diferença de género por tanto haver um crescimento na educação feminina como na masculina, tornando a África Subsaariana a mais desigual, na década de 1980, o que teve implicações a nível económico, social e cultural (Baten, et al. 2020).

No continente africano, ao longo do século XX, existiram grandes diferenças educacionais e de género, em diferentes países. A maior desigualdade de género pôde ser encontrada nas colónias francesas por haver uma lenta expansão educacional, enquanto que os territórios sob o poder da Liga das Nações e as colónias britânicas, tiveram uma maior expansão educacional. A África Meridional foi a única região que foi mais favorável para as mulheres porque houve um surgimento de oportunidades devido à pastorícia e migração laboral ligada aos homens. Territórios localizados perto do litoral, com grandes cidades e ligações ferroviárias, ou com uma grande atividade missionária cristã, ou até mesmo onde as mulheres também participavam nas atividades agrícolas, tinham uma menor desigualdade educacional de género. O pós-colonialismo favoreceu a equidade de género educacional. Mesmo assim, a África Subsaariana permanece a que tem territórios com piores valores educacionais e de desigualdade de género (Baten, et al. 2020).

A educação foi alvo de maior preocupação pelas organizações internacionais desde o final da Segunda Guerra Mundial, como meio para promover o desenvolvimento económico e social, de maneira a reduzir as desigualdades, por ser um investimento em capital humano, para obter trabalhadores mais qualificados. Além disso, com a elaboração, em 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos pelas Nações Unidas, a educação tornou-se um direito humano inalienável, e é também um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Assim sendo, o direito à educação tem vindo a ser difundido através de conferências internacionais e iniciativas por organizações internacionais. Existe uma maior cooperação internacional com vista à melhoria dos níveis educativos em todo o mundo, principalmente nos países em desenvolvimento (Charbott & Ramirez, 2000).

2.3 Objetivos 4 e 5 de Desenvolvimento Sustentável: Educação como meio para alcançar o desenvolvimento sustentável

Em 1972, ocorreu em Estocolmo a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente onde foram abordadas as limitações dos países do mundo, seja na segurança energética, água e alimentação e a capacidade de adaptação às alterações climáticas. Estas limitações não estavam só presentes nos países em desenvolvimento, como também nos membros da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico). No entanto, as organizações internacionais e governos nacionais não conseguiram concretizar os objetivos de desenvolvimento sustentável por falta de ações políticas necessárias (Tosun & Leininge, 2017).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou o Relatório Brundtland que levou à criação da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, entre 2005 a 2014 (Kopnina, 2020).

Entre 2000 e 2015, as Nações Unidas estabeleceram os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que reforçavam a necessidade de colocar a educação como prioridade de desenvolvimento. Nenhum desses objetivos foi alcançado globalmente, isto é evidenciado pelos 57 milhões de crianças sem acesso à educação no ano de 2013 (UNESCO, 2015).

Em 2015, as Nações Unidas definiram a Agenda 2030, a qual promove a justiça, paz e instituições eficazes, existindo uma ênfase da premissa “Leave no one behind”, de maneira a que as necessidades de todas as pessoas do mundo sejam resolvidas (UNESCO, 2015; UNESCO, 2020; United Nations, 2015).

A Agenda 2030 é constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para serem alcançados até 2030. Estes 17 ODS têm como objetivo promover a integração dos desafios económicos, sociais e ambientais, em vez de estes estarem divididos. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável distinguem-se dos objetivos propostos anteriormente, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, e também de todas as compreensões anteriores de desenvolvimento global. Isto, deve-se aos ODS estarem baseados no universalismo, assim todas as metas são implementadas nos estados que tenham concordado com a Agenda 2030, sejam eles países em desenvolvimento ou

desenvolvidos. Além disso, este conjunto de objetivos são fundamentalmente indivisíveis e dependentes uns dos outros exigindo que as políticas sejam coerentes e que vão de encontro a todos eles. Por fim, é necessário uma atenção e avaliação à estrutura política para que sejam implementadas estas metas e objetivos (UNESCO, 2015; UNESCO, 2020; United Nations, 2015; Tosun & Leininge, 2017).

Este trabalho foca-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4, 5 e 10: o primeiro visa garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, o segundo visa alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas e o terceiro, reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países (United Nations, 2015).

Embora a educação seja um direito humano fundamental, as comunidades e governos de todo o mundo têm falhado em reconhecer a educação como meio para atingir outros objetivos de desenvolvimento, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. A educação é fundamental para o desenvolvimento, não só económico como também para a promoção de uma sociedade justa e sustentável. Assim, é necessário mudar a perspetiva de toda a sociedade e também mudar o sistema educacional para conseguir alcançar os objetivos de desenvolvimento através de novos métodos de ensino e revisão de políticas educacionais. (UNESCO, 2015; Yoo, et al. 2019).

2.3.1 Eliminar a pobreza, prosperidade, crescimento económico e aumento das oportunidades e condições de trabalho

O relatório da UNESCO, *Teaching and Learning: Achieving quality for all* (2014), salienta que a educação é o meio mais poderoso para reduzir a pobreza e melhorar a vida dos indivíduos, de maneira a que os mais desfavorecidos consigam escapar da pobreza crónica e evitar que esta seja transmitida para as seguintes gerações. Crianças cujos pais tenham pouca ou nenhuma escolarização, estão mais propensas a não receberem educação também, o que gera a pobreza crónica e a maneira de lutar contra isto é dando acesso e elevando os níveis de educação.

Ainda assim, há um grande caminho pela frente devido ao recente aumento da desigualdade em países desenvolvidos, ou seja, o desenvolvimento de um país não quer dizer que a desigualdade não permaneça ou que não volte a aumentar. (Milanovic, 2016)

O rendimento das pessoas é influenciado pela educação porque ajuda a fornecer um salário mais decente: ao entrar no mercado de trabalho, as pessoas mais pobres estão mais propensas a ficarem desempregadas ou a trabalhar em empregos precários, a educação transforma as perspetivas de emprego na medida em que tem o poder de reverter este problema, não só ficando mais propensos a arranjar emprego, como também melhores condições de trabalho e ordenado, particularmente nas mulheres. Assim, previne que exista a exploração, oferecendo contratos mais seguros e remunerados, aumenta a chance de conseguir trabalho em tempo integral, em ambos os géneros, mas principalmente para as mulheres e, ainda, quanto maior for o nível de educação das mulheres, menor é a diferença de salários entre género e maior é a prosperidade e crescimento do país, gerando ganhos de produtividade e, ainda, ajudando a compreender as diferenças no crescimento económico de diferentes países e regiões (UNESCO, 2015).

A educação não só ajuda os países de baixo rendimento, como também os países com maior rendimento e leva a que os efeitos da crise económica sejam sentidos em menor escala. O que, por vezes, acontece é que os países acabam por reduzir os investimentos na educação face a uma crise, mas estes são os momentos em que é essencial investir para conseguir reverter ou melhorar os efeitos da crise (UNESCO, 2015).

O estigma cultural e as expectativas sociais em países mais pobres são que as mulheres devem ficar em casa e a cuidar dos filhos, reduzindo-as a papeis domésticos. Além disso, acresce ainda a falta de creches e a falta de transportes acessíveis que continuam a ser barreiras para que as mulheres consigam empregos remunerados, por isso é essencial assegurarmo-nos de que ninguém fica esquecido no acesso à educação através de uma maior instrução da igualdade de género, investimento em creches, melhoria no acesso a transportes públicos e implementação de políticas a favor da igualdade de género (UNESCO, 2015).

2.3.2 Saúde: salvar vidas, evitar a propagação de doenças, eliminar a desnutrição

A contribuição da escolaridade também é notável na saúde, havendo estudos que mostram uma alta correlação entre saúde e educação, embora os formuladores de políticas muitas vezes não o reconheçam. Estes estudos, como o realizado por Richard Wilkinson e Michael Marmot, “Social Determinants of Health: The Solid Facts”, demonstram a importância da educação e como esta, entre outros fatores sociais, têm impacto na saúde. Pessoas com uma maior educação, têm mais probabilidade de serem saudáveis e pessoas que são mais saudáveis têm mais probabilidade de ter uma maior educação, ou seja, a educação melhora a saúde e a saúde pode facilitar o acesso à educação. Assim, através da educação as pessoas conseguem viver vidas mais saudáveis e possibilita que as gerações seguintes também (UNESCO, 2015; Wilkinson & Marmot, 2003).

Uma maior escolaridade ajuda a prevenir doenças e quando confrontadas com elas, conseguem reconhecer sinais mais cedo, tratá-las imediatamente de forma a evitar que se agrave, têm uma maior confiança no tratamento e mais facilmente realizam as mudanças necessárias nas suas vidas. Pessoas instruídas tendem a trabalhar em locais que não prejudiquem a sua saúde, seja fisicamente ou psicologicamente, além de estarem propensas a ganhar salários maiores o que leva a que possam gastar mais em cuidados de saúde (UNESCO, 2015).

A escolaridade das mães previne a morte delas mesmas e dos seus filhos: as mulheres que concluem o ensino médio, tendem a ter filhos saudáveis e leva a que tomem determinadas medidas que previnam mortes infantis, como garantir que no parto esteja alguém qualificado, que sejam dadas imunizações às crianças que ajudam a prevenir e combater doenças, como a pneumonia que é a maior causa para mortes infantis, e que seja feito tratamento de reidratação oral para o problema comum da diarreia, a quarta maior causa para a morte de crianças. Uma maior educação previne a mortalidade materna, principalmente causada por pré-eclâmpsia, infeções, sangramento e aborto inseguro porque estão mais propensas a tomar cuidados como manter uma maior higiene, verificar se existe alguma reação perante determinados sintomas, avaliando o local onde é feito o aborto e confirmando que está um enfermeiro qualificado presente durante o parto (UNESCO, 2015).

Uma das doenças infecciosas que mais afeta a população mundialmente é o HIV, a educação aumenta a consciencialização sobre a prevenção da doença, principalmente

entre os jovens, que evitam comportamentos que os ponham mais expostos porque percebem as suas consequências, o que evita novas infecções entre as gerações futuras. Sem educação, estas estão mais expostas a falsas crenças acerca da propagação da doença. Além disso, as mulheres educadas conseguem negociar relações sexuais seguras e exercer um maior controlo sobre elas (UNESCO, 2015).

A doença parasitária mais mortífera é a malária. Pessoas mais educadas, são mais propensas a usar redes de cama, ou mosquiteiros, e inseticidas, o que previne uma maior incidência da doença. Existe uma menor probabilidade de filhos de mães educadas contraírem a doença devido à consciencialização acerca das causas e sintomas que após serem identificados, podem ser prevenidos e tratados (UNESCO, 2015).

As alterações climáticas têm originado uma maior dificuldade na obtenção de alimentos em determinados locais, o que leva a mortes por desnutrição. A desnutrição é uma das maiores causas de mortes infantis, e não é só devido à falta de comida, mas também pela falta de micronutrientes na dieta o que leva a uma maior exposição a infecções, tal como outros problemas de saúde que afetam o desenvolvimento cognitivo das crianças. A educação das mulheres é vital para eliminar este problema: uma mãe educada está mais propensa a fazer com que as necessidades nutricionais dos seus filhos sejam conseguidas, a perceber quais os melhores nutrientes para dar aos seus filhos para evitar problemas de saúde e quais as práticas de higiene e saúde mais indicadas (UNESCO, 2015).

2.3.3 Comunidades: participação democrática, prevenção da degradação ambiental, combate à discriminação e empoderamento das mulheres

A educação tem o poder de unir comunidades e sociedades: ajuda pessoas a fazer julgamentos informados e motiva a participarem ativamente na política nacional e local, através do voto, de candidaturas a cargos, a assinar petições ou a participar em manifestações. Tem a capacidade de construir as bases sociais e culturais da democracia, de compreendê-la, e de promover a tolerância e a confiança que a sustentam. A educação enfatiza a necessidade de os sistemas educacionais garantirem o acesso igual a todas as crianças e jovens, independentemente da formação, certificando-se de que não haja discriminação na sala de aula, mas sim apoio aos alunos com mais dificuldades de aprendizagem, de maneira a obter um acesso igualitário à educação. A educação é

fundamental na promoção dos direitos humanos e ainda diminui o conflito e o sentimento de injustiça (UNESCO, 2015).

A ação humana tem levado à degradação ambiental e alterações climáticas através da libertação de gases de efeito de estufa, o que altera o equilíbrio da natureza, leva à perda de biodiversidade e a padrões climáticos extremos que origina também piores padrões de vida para todos, mas especialmente para as populações mais vulneráveis. A educação tem um papel vital na prevenção da degradação ambiental e na limitação das causas e efeitos das mudanças climáticas através da mensagem de responsabilidade ambiental: incute valores, fomenta crenças, muda atitudes, aprimora o conhecimento espalhando a consciência da compreensão da ciência por trás das alterações climáticas, muda estilos de vida e comportamentos que podem prejudicar o ambiente. Também impulsiona ativismo que promove decisões políticas que protejam o ambiente (UNESCO, 2015).

Embora as pessoas com maior educação tendam a manter estilos de vida que sobrecarregam o meio ambiente, quando confrontadas com grandes desafios, conseguem superar atitudes passadas por compreenderem melhor os desafios ambientais e perceberem o seu impacto para o meio ambiente. Ao aumentar a consciencialização e a preocupação, a educação pode incentivar as pessoas a reduzir o seu impacto no meio ambiente, tomando medidas como o uso de energia e água de forma mais eficiente ou a reciclagem de lixo doméstico. Assim, quanto maior o nível de educação, maior é a probabilidade de as pessoas mostrarem preocupação com as alterações climáticas e adaptarem-se às consequências a que esta pode levar. O estudo do meio ambiente e sustentabilidade pode levar a soluções eficazes para os problemas ambientais (UNESCO, 2015).

Um maior acesso e qualidade da educação pode capacitar pessoas vulneráveis a superar a discriminação que as impede de obter uma parte justa do progresso geral no que diz respeito à redução da pobreza e à melhoria da saúde. Assim, ajuda a criar sociedades mais justas, em que a inclusão e a democracia prevalecem. No entanto, existe muita exclusão no mundo, seja por discriminação, alienação ou estereótipos:

“These mechanisms of exclusion are essentially the same, regardless of gender, location, wealth, disability, ethnicity, language, migration, displacement, sexual orientation, incarceration, religion, and other beliefs and attitudes.” (UNESCO, 2020: v)

Esta exclusão cresceu ainda mais com a pandemia do COVID-19. É importante combater a discriminação de gênero na escola para ajudar a que estas mulheres consigam combater discriminações mais amplas: a superar limites e expectativas sociais desiguais e opressivas, para que possam fazer escolhas sobre as suas vidas que melhoram o seu bem-estar. Possibilitar que as mulheres passem mais anos na escola leva a uma maior consciencialização dos seus direitos e oferece uma maior confiança na capacidade de tomar decisões, o que leva a que estas se casem mais tarde e tenham menos filhos (UNESCO, 2020).

A educação tem um papel importante no empoderamento das mulheres em países onde o casamento e a gravidez precoce, tal como o elevado número de filhos, são mais recorrentes. É importante também notar que a qualidade da educação também é importante porque mais horas na escola não são suficientes se não houver qualidade, daí ser necessário um investimento também nos professores (UNESCO, 2015).

Assim, o relatório da UNESCO, *Teaching and Learning: Achieving quality for all* (2015), diz-nos que a educação tem a capacidade de acelerar o progresso em direção a outras metas de desenvolvimento, sendo necessário garantir o acesso a uma educação de qualidade para todos, independentemente das suas circunstâncias. É importante que surjam leis e políticas para conseguir alcançar estes objetivos e responder às necessidades dos alunos (UNESCO, 2020).

Mas será que é verificável em dados recentes que a educação efetivamente acelera o progresso de outras metas de desenvolvimento? E será que este foco em melhorar as condições socioeconómicas através da educação é positivo e não vem com nenhuma consequência?

A primeira questão é o ponto central desta dissertação e por isso será analisada. A segunda, é importante mencionar por ser fulcral analisar quais as consequências que o investimento na educação pode trazer, mesmo que tenha também esta grande melhoria no desenvolvimento humano.

2.4 Objetivos 4 e 5 de Desenvolvimento Sustentável: uma insustentabilidade ambiental

Têm surgido críticas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente ao crescimento de oportunidades de escolarização nos países em desenvolvimento que embora tenham aumentado desde 2000, referem que não contribuiu para o desenvolvimento social (Yoo, et al. 2019).

Helen Kopnina (2020), diz que o desenvolvimento sustentável através da educação que é mencionado no 4º objetivo dos ODS, não é desejável, por estar ligado a um crescimento económico e desenvolvimento industrial. Estes originam um aumento da população o que conseqüentemente vai afetar o consumo e a maior exploração de recursos naturais, que são exatamente o que leva à insustentabilidade ambiental: alterações climáticas, perda de biodiversidade e recursos naturais. Assim, como Helen Kopnina refere, existe uma grande afluência por investigadores na defesa de que o crescimento económico sustentável e inclusivo, ou seja, as prioridades sociais e económicas, estão ligados a um consumo de recursos e por isso existe uma contradição nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Assim, em vez de a ESD, *Education for Sustainable Development*, e a ESGD, *Education for Sustainable Development Goals*, focarem-se principalmente em medidas para o desenvolvimento sustentável, como diminuir a pobreza e melhorar a saúde que levam a um aumento populacional e de consumo, é importante que exista nas escolas uma maior discussão crítica acerca da integridade ecológica para o futuro de todos os seres vivos. No entanto, são apresentadas soluções para mudar esta concentração nas prioridades sociais e económicas, para pedagogias mais “ecocêntricas” e críticas, também como uma educação para a cidadania ecológica:

“While Indigenous learning and traditional ecological knowledge are as endangered as some species and habitats, ecopedagogy, ecocentric education, and education for wonder, in part inspired by these traditional forms of relating to the environment, offer such alternatives. Pragmatically, education for degrowth, critical of both demographic and economic growth, also offers ways forward in supporting women’s (reproductive) rights and family planning, as well as the steady-state economy, cradle or cradle and circular economy. Education that targets both non-anthropocentric ethic and, pragmatically, degrowth as two key strategies for addressing unsustainability, seems a

better alternative for universal education than the currently popular ESDG.” (Kopnina, 2020: 9)

Assim, o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado através da educação, se existir um maior foco na educação ecológica porque é através desta que existe uma maior consciencialização, reflexão e preocupação mundial pelo ambiente no desenvolvimento de projetos e medidas de adaptação ou para reverter e minimizar os danos causados, o que compensa a industrialização:

“Education is one of the key components through which we become individuals that act and connect on the premise of a typical society and one of the key 'makers' of culture. Because of that, it is an imperative factor for achieving sustainable development.” (Oprean & Stan, 2015: 63)

Mencionámos as maneiras pelas quais a educação pode ser um meio para alcançar outros objetivos de desenvolvimento humano e ainda o lado negativo deste maior investimento socioeconómico. Mas é necessário ver com dados atualizados dos países da África Subsaariana se a educação constitui um meio para atingir uma melhoria no desenvolvimento humano.

Capítulo 3: Metodologia

Este estudo foi motivado pelo surgimento de questões que, observando a sociedade moderna, são relativas aos efeitos da escolaridade nos países em que esta é mais negada às mulheres e de que forma está relacionada a uma maior evolução no desenvolvimento humano. Como Bryman refere:

“Academics conduct research because, in the course of reading the literature on a topic or when reflecting on what is going on in modern social life, questions occur to them.” (Bryman, 2004: 3).

A pergunta de partida para esta dissertação foi: “Qual a relação entre a escolaridade das mulheres e o desenvolvimento humano?”. A segunda etapa na investigação foi a exploração através de leituras, a terceira foi a problemática, a quarta foi a construção do modelo de análise, a quinta etapa foi a observação, a sexta etapa foi a análise das informações e, por fim, a sétima etapa foram as conclusões (Quivy & Campenhoudt, 1995).

Após uma revisão da literatura, realizada com um cuidado crítico, foram agregados conceitos e teorias, acerca dos efeitos da educação no desenvolvimento, que levaram às questões de pesquisa, a partir dessas houve uma seleção dos países que seriam mais relevantes para recolher os dados que pudessem responder às questões, foram recolhidos esses mesmos dados e feita uma análise relativamente à literatura já revista anteriormente, assim atendendo a todo o processo tornou-se possível a escrita desta dissertação (Bryman, 2004).

Através da organização e análise de dados quantitativa, foram produzidas tabelas e gráficos, de maneira a reduzir a grande quantidade de informação recolhida para ser possível interpretar os resultados (Bryman, 2004).

Assim, para ser possível realizar a análise, foi necessário comparar os dados de duas variáveis: uma referente à escolaridade das mulheres, e a outra referente ao desenvolvimento humano. Esta análise foi feita em gráficos de dispersão para fazer a comparação das duas variáveis numéricas (Openintro statistics, 2019).

Os dados recolhidos, foram retirados dos Relatórios de Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas: *Human Development Indices and Indicators 2018 Statistical Update*, *Human Development Report 2019*, *Human Development Report 2020*, *Human Development Report 2021/2022*.

A área dos indicadores sociais, ganhou maior atenção em 1960, com o intuito de acompanhar as transformações sociais, as quais se fizeram notar na diferença entre o crescimento económico e as condições sociais dos países do Terceiro Mundo em relação aos outros países no mundo. Assim, foi necessário criar instrumentos de medida de bem-estar e mudança social com a ajuda de instituições como a Divisão de Estatística das Nações Unidas, a OCDE e a UNESCO (Jannuzzi, 2002).

Os Relatórios de Desenvolvimento Humano, que promovem o bem-estar humano começaram a ser divulgados em 1990 e desde então são publicados quase todos os anos, exceto em 2012 e 2017. Esses relatórios são produzidos com o objetivo de desafiar políticas e explorar ideias, para que tenham independência editorial da Assembleia Geral das Nações Unidas, o que permite que o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) elabore esses relatórios livremente.

Nesses relatórios, conseguimos ter acesso a dados sobre a desigualdade de género em determinados setores como a educação, além de encontrar dados também referentes a diversas dimensões como emprego, saúde e pobreza, que também são necessárias na análise desta dissertação. Os países escolhidos na análise de dados são os sete que têm pior desempenho nos indicadores de educação escolhidos, nomeadamente Burkina Faso, Burundi, Chade, Congo, Guiné, Mali e Níger, e os sete países com melhor desempenho: Botsuana, Cabo Verde, Gabão, Gana, Maurícia, Seicheles e África do Sul.

Devido a uma limitação de informação, os indicadores de educação escolhidos foram os que têm mais dados disponíveis relativos a estes países, ou seja, que contêm valores de quase todos, ou todos os países. Estes indicadores são importantes na análise do desenvolvimento, principalmente por serem indicadores centrados no sexo feminino, importantes para reconhecer o papel da educação das mulheres no desenvolvimento de uma nação.

Os indicadores de educação utilizados na análise de dados foram: a média de anos de escolaridade do sexo feminino, a percentagem de população com pelo menos algum

ensino médio, do sexo feminino e com 25 anos ou mais, as despesas do governo em educação da percentagem total do PIB (Produto Interno Bruto) e a Taxa de Alfabetização de Adultos.

Os indicadores de desenvolvimento humano escolhidos foram os que evidenciam o desenvolvimento humano de cada país e em que surgiram todos os países necessários ou a maioria deles. O Índice de Desenvolvimento Humano é calculado com base em vários indicadores que se dividem em três dimensões: a educação, a saúde e o padrão de vida. Através do Índice de Desenvolvimento Humano, é possível determinar o progresso económico e social de um país.

Os indicadores de desenvolvimento utilizados foram a taxa de natalidade de adolescentes, esperança de vida à nascença, índice de desenvolvimento humano, incidência de malária, razão de mortalidade materna, taxa de mortalidade de menores de 5 anos, percentagem de trabalhadores pobres a receber PPC (Poder de Paridade de Compra) \$ 3,20 por dia, taxa de natalidade de adolescentes. Todos estes indicadores representam fatores económicos e sociais de um país e comparados com os indicadores de educação, principalmente específicos do sexo feminino, conseguimos analisar quais os efeitos que a educação traz para o desenvolvimento de uma sociedade.

A análise de dados nesta dissertação é realizada com gráficos de dispersão e com a correlação entre duas variáveis, uma de educação e outra de desenvolvimento humano. O Coeficiente de Correlação de Pearson é uma técnica de dependência quantitativa com uma ou mais variáveis dependentes, neste caso foi apenas utilizada uma variável dependente: os indicadores de desenvolvimento humano em relação aos indicadores de educação. Existe uma grande complexidade na medição do desenvolvimento humano e na medição da associação entre as duas variáveis em estudo (Tacq, 1997).

Foi utilizado o coeficiente de correlação ao quadrado de variação de zero a um, que pode ser interpretado como medida de predição e como medida de variância explicada: neste caso é feita a previsão da evolução do desenvolvimento humano se houver um maior desenvolvimento da educação (Tacq, 1997).

O quadrado de R, por permitir comparar duas variáveis entre si, permite uma melhor interpretação que o coeficiente de correlação r sozinho. Este varia entre -1 e +1, um valor de -1 indica uma relação negativa perfeita entre Y e X, o que significa que quanto mais alto for o valor de Y, mais baixo será o valor de X. Ao ocorrer um valor de

0 indica ausência de relação entre eles e quando ocorre um valor de 1 indica uma relação positiva perfeita entre eles, quanto mais alto for o valor de Y, mais alto será o valor de X (Tacq, 1997).

A expectativa é que existe uma grande correlação entre os dois conceitos teóricos em estudo: o desenvolvimento humano e a educação (Tacq, 1997).

Capítulo 4: Análise e Discussão

4.1 A escolaridade feminina e o desenvolvimento

Para ser possível analisar a média de escolaridade do sexo feminino em relação ao desenvolvimento, foi realizada uma seleção de indicadores de desenvolvimento, seja por utilidade para a análise ou pela limitação de dados de determinados países. O gráfico 1, retrata a relação entre a média de anos de escolaridade, do sexo feminino, em 2021 e a taxa de natalidade de adolescentes, que são os nascimentos por 1.000 mulheres de 15 a 19 anos, no mesmo ano.

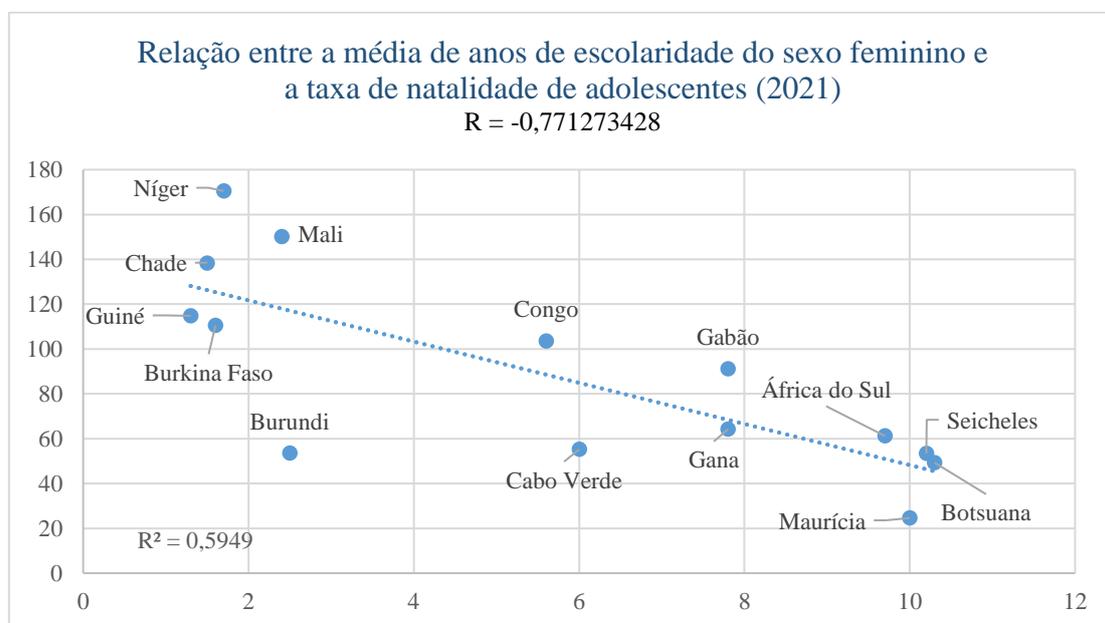


Gráfico 1 - Relação entre a média de anos de escolaridade do sexo feminino e a taxa de natalidade de adolescentes, no ano de 2021. Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Os valores mais elevados de natalidade de adolescentes foram encontrados em países em que a média de anos de escolaridade é mais baixa como Níger, Mali e Chade. Em Níger a taxa de natalidade de adolescentes foi de 171 nascimentos, enquanto que a média de anos de escolaridade foi de 1,7 anos. Em Mali a taxa de natalidade foi de 150 nascimentos e a média de anos de escolaridade de 2,4 anos. Em Chade a taxa de natalidade de adolescentes foi de 138 nascimentos e a média de anos de escolaridade de 1,5 anos.

Os países com os valores mais baixos de natalidade de adolescentes foram encontrados em países com a média de anos de escolaridade mais elevada como a África do Sul, Seicheles, Botsuana e Maurícia. Na África do Sul, a taxa de natalidade de adolescentes foi de 61 nascimentos, enquanto que a média de anos de escolaridade foi de 9,7 anos. Em Seicheles a taxa de natalidade foi de 53 nascimentos e a média de anos de escolaridade de 10,2 anos. Em Botsuana a taxa de natalidade de adolescentes foi de 49 nascimentos e a média de anos de escolaridade 10,3. Em Maurícia a taxa de natalidade de adolescentes foi a mais baixa de 25 nascimentos e a média de anos de escolaridade foi de 10.

A correlação entre estas duas variáveis é apresentada num valor inferior a -0,5, nomeadamente -0,771, o que evidencia que, no geral, quanto maior for a média de anos de escolaridade do sexo feminino num país, menor é a taxa de natalidade de adolescentes.

O gráfico 2 representa a relação entre as duas variáveis: média de anos de escolaridade, do sexo feminino, em 2021 e a esperança de vida à nascença, em anos, no mesmo ano.

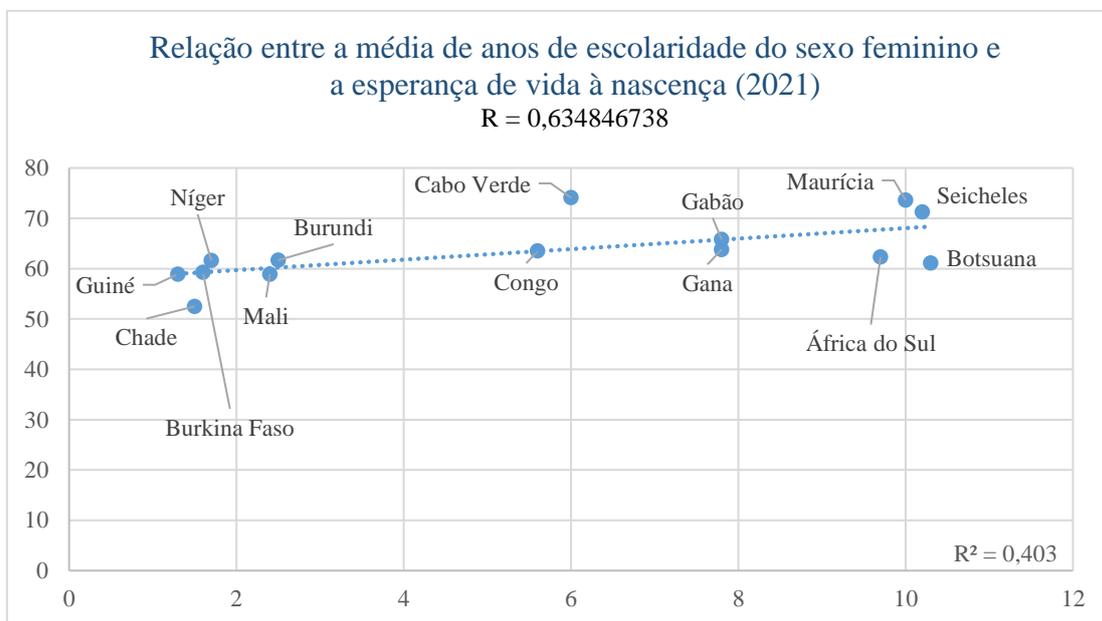


Gráfico 2 - Relação entre a média de anos de escolaridade do sexo feminino e a esperança de vida à nascença, no ano de 2021. Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Os valores mais baixos de esperança de vida à nascença foram encontrados em países em que a média de anos de escolaridade foi também mais baixa como Mali, Guiné, Burkina Faso e Chade. Em Mali e na Guiné, a esperança de vida à nascença foi de 59 anos e a média de anos de escolaridade foi de 2,4 anos e 1,3 anos. Em Burkina Faso, a esperança média de vida à nascença foi de 59 anos e a média de anos de escolaridade foi de 1,6 anos. Em Chade, a esperança de vida à nascença foi de 62 anos, enquanto que a média de anos de escolaridade foi de 1,7 anos.

Os países com a média de anos de escolaridade do sexo feminino mais elevada, como Maurícia, 74 anos, e Seicheles com 71 anos, têm também uma esperança de vida à nascença elevada como Cabo Verde de 74 anos que apresenta um valor mais baixo que estes países na média de anos de escolaridade.

Botsuana, com 10,3 anos e Maurícia com 10, embora tenham obtido uma média de anos de escolaridade elevada, a esperança de vida à nascença de Botsuana foi bastante semelhante à dos países com a média de anos de escolaridade mais baixa, tendo assim uma esperança média de vida de 61 anos e Maurícia, com um valor superior de 74 anos.

A correlação entre estas duas variáveis é apresentada num valor superior a 0,5, nomeadamente 0,635, o que evidencia que, no geral, quanto maior for a média de anos de escolaridade do sexo feminino num país, maior é a esperança de vida à nascença.

Em seguida, foi realizada a análise entre a média de anos de escolaridade, do sexo feminino, em 2018 e a incidência de malária, por 1000 pessoas em risco, no mesmo ano.

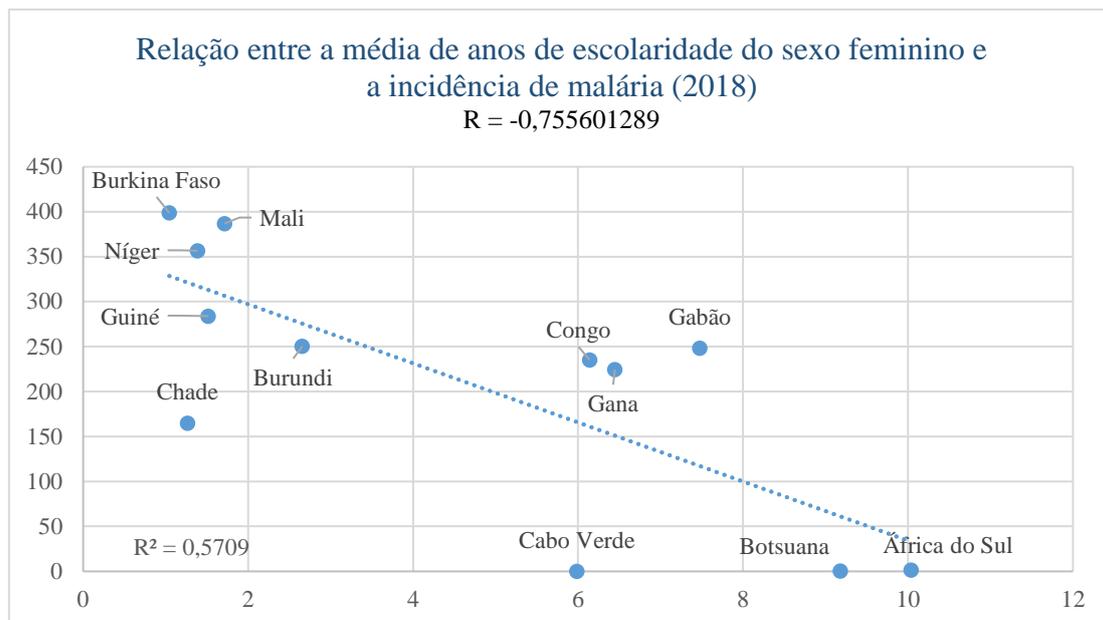


Gráfico 3- Relação entre a média de anos de escolaridade do sexo feminino e a incidência de malária, no ano de 2018. Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.¹

Os países que obtiveram os valores mais elevados de incidência de malária são os que tiveram a média de anos de escolaridade do sexo feminino mais baixa como Burkina Faso, Mali e Níger. Em Burkina Faso, a média de anos de escolaridade do sexo feminino foi de 1,044, ou seja, 1 ano, enquanto que a incidência de malária foi de 398,734 que se traduz em 399 pessoas por cada 1000 em risco. Em Mali, a média de anos de escolaridade foi de 1,7, enquanto que a incidência de malária foi de 387 pessoas. Em Níger, a média de anos de escolaridade foi de 1,4 e a incidência de malária foi de 357 pessoas.

Embora o Congo, Gana e Gabão tenham valores mais elevados de escolaridade que a Guiné e Burundi, estes apresentam valores semelhantes na incidência de malária. Chade tinha uma média de anos de escolaridade baixa, de 1,3 anos, e a incidência de malária foi igualmente baixa comparativamente com os países já mencionados, nomeadamente de 165 pessoas.

Cabo Verde teve uma média de anos de escolaridade de 6 anos, que era menor que Botsuana, com 9,2 anos e a África do Sul com 10 anos, no entanto teve valores

¹ Maurícia não consta no gráfico porque não apresentou valores para a incidência de malária. Seicheles não consta porque não apresentou dados para ambos os indicadores.

semelhantes na incidência de malária: Cabo Verde com 0,01, Botsuana com 0,59 e a África do Sul com 1,65.

A correlação entre as duas variáveis analisadas é apresentada num valor inferior a -0,5, nomeadamente -0,756, o que evidencia que, no geral, quanto maior for a média de anos de escolaridade do sexo feminino num país, menor é a incidência de malária.

O gráfico 5 demonstra a relação entre a média de anos de escolaridade, do sexo feminino, em 2017 e a razão de mortalidade materna, referente a óbitos por 100.000 nascidos vivos, no mesmo ano.

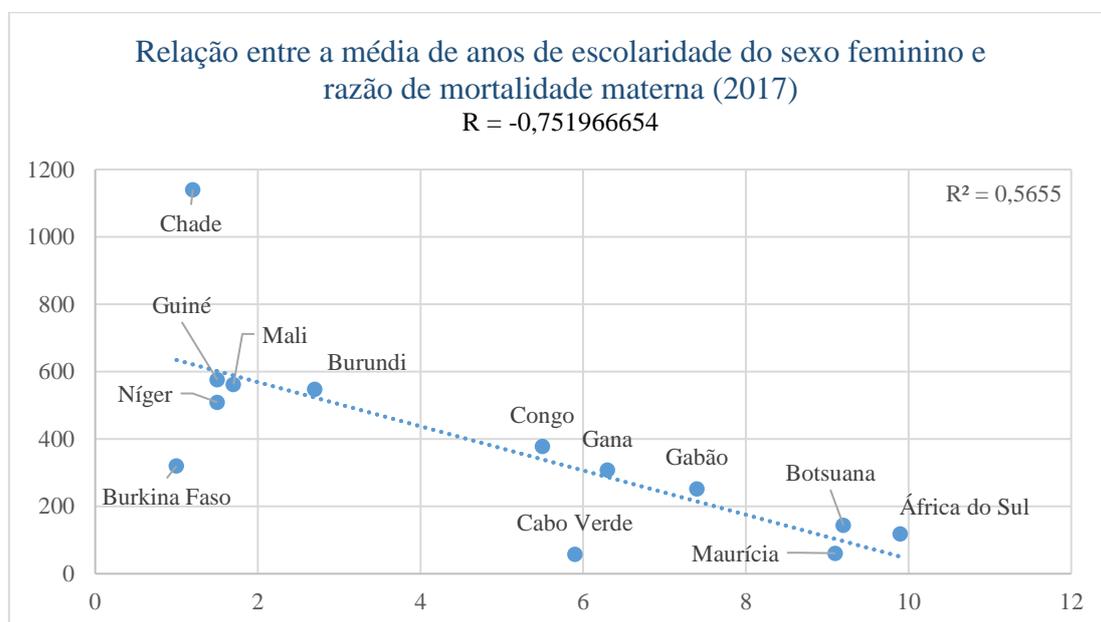


Gráfico 4- Relação entre a média de anos de escolaridade do sexo feminino e a razão de mortalidade materna, no ano de 2017. Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.²

Dos países com menor média de anos de escolaridade, do sexo feminino, o que mais se destaca com maiores níveis de mortalidade materna é o Chade, que tinha uma

² Seicheles não consta por falta de dados na média de anos de escolaridade do sexo feminino, no ano de 2017, embora tenha a razão de mortalidade materna mais baixa, de 53.

média de anos de escolaridade de 1,2 anos e tinha uma incidência de malária muito elevada de 1140 óbitos por 100.000 nascidos vivos.

Guiné tinha uma média de anos de escolaridade semelhante a Níger e Mali e, também valores elevados semelhantes de mortalidade materna: Guiné com 576 óbitos, Mali com 562 e Níger com 509.

Burkina Faso embora tenha obtido os valores mais baixos na média de anos de escolaridade, nomeadamente 1 ano, teve valores baixos de mortalidade materna de 320 óbitos, ao contrário dos países já mencionados.

Os valores mais baixos de mortalidade materna foram encontrados em países com a média de anos de escolaridade mais elevada. A África do Sul teve uma média de anos de escolaridade de 9,9 anos e 119 óbitos na mortalidade materna. Botsuana teve uma média de anos de escolaridade de 9,2 e conta com 144 óbitos. Por fim, Maurícia teve uma média de 9,1 anos e uma mortalidade materna de 61 óbitos.

No entanto, Cabo Verde é a exceção porque teve uma média de anos de escolaridade de 5,9 anos, ou seja, menor do que a média da África do Sul, Botsuana e Maurícia, e teve a mais baixa mortalidade materna, de 58 óbitos.

A correlação entre estas duas variáveis é apresentada num valor inferior a -0,5, nomeadamente -0,752, o que evidencia que, no geral, quanto maior for a média de anos de escolaridade do sexo feminino num país, menor é a razão de mortalidade materna.

O seguinte gráfico demonstra a relação entre as duas variáveis: a média de anos de escolaridade, do sexo feminino, em 2018 e a taxa de mortalidade de menores de 5 anos, por 1000 nascidos vivos, no mesmo ano.

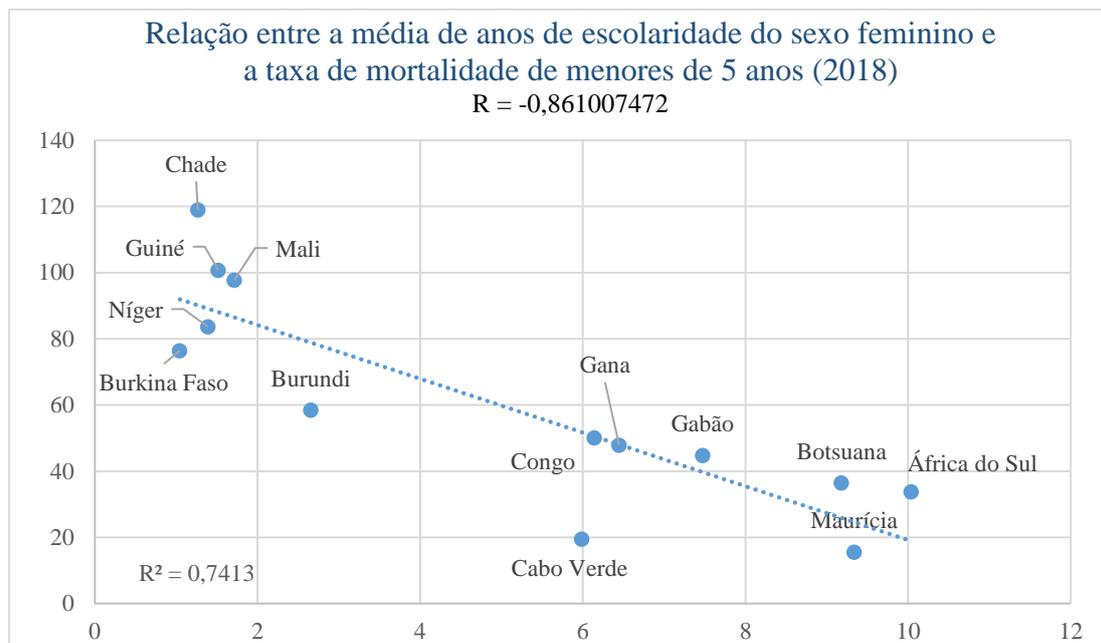


Gráfico 5- Relação entre a média de anos de escolaridade do sexo feminino e a taxa de mortalidade de menores de 5 anos, no ano de 2018. Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. ³

Os valores mais elevados da taxa de mortalidade de menores de 5 anos são apresentados em países cuja média de anos de escolaridade do sexo feminino é mais baixa como Chade, Guiné, Mali, Burkina Faso e Níger. Chade teve uma média de anos de escolaridade de 1,3 anos, e apresentou 118,978, ou seja, 119 mortes por 1000 nascidos vivos. Guiné teve uma média de 1,5 anos de escolaridade e apresenta 101 mortes. Mali apresentou uma média de 1,7 anos e 98 mortes. Burkina Faso apresentou uma média de escolaridade de 1 ano e 76 mortes. Por fim, Níger apresentou uma média de 1,4 anos e 84 mortes.

Burundi, que contava com valores muito baixos de média de anos de escolaridade, nomeadamente de 2,7 anos, assemelha-se ao Congo, Gana e Gabão na taxa de mortalidade, embora estes tivessem valores mais elevados de escolaridade, de cerca de 6 e 7 anos de escolaridade.

Cabo Verde embora tivesse uma média de anos de escolaridade de 6 anos, menor que Botsuana com 9,1, África do Sul com 10 e Maurícia com 9,3, teve também um valor

³ Seicheles não consta por falta de dados na média de anos de escolaridade do sexo feminino, no ano de 2018, embora tenha uma taxa de mortalidade de menores de 5 anos, em 2018, de 14,452

mais baixo na mortalidade materna, de 19 mortes, enquanto que Botsuana teve uma mortalidade materna de 36, a África do Sul 34 mortes e a Maurícia 16 mortes.

A correlação entre estas duas variáveis é apresentada num valor inferior a -0,5, nomeadamente -0,861 o que evidencia que, no geral, quanto maior for a média de anos de escolaridade do sexo feminino num país, menor é a razão de mortalidade materna.

O gráfico 7 demonstra a relação entre a média de anos de escolaridade, do sexo feminino, em 2019 e a percentagem de trabalhadores pobres a PPC \$ 3,20 por dia entre a percentagem de emprego total, no mesmo ano.

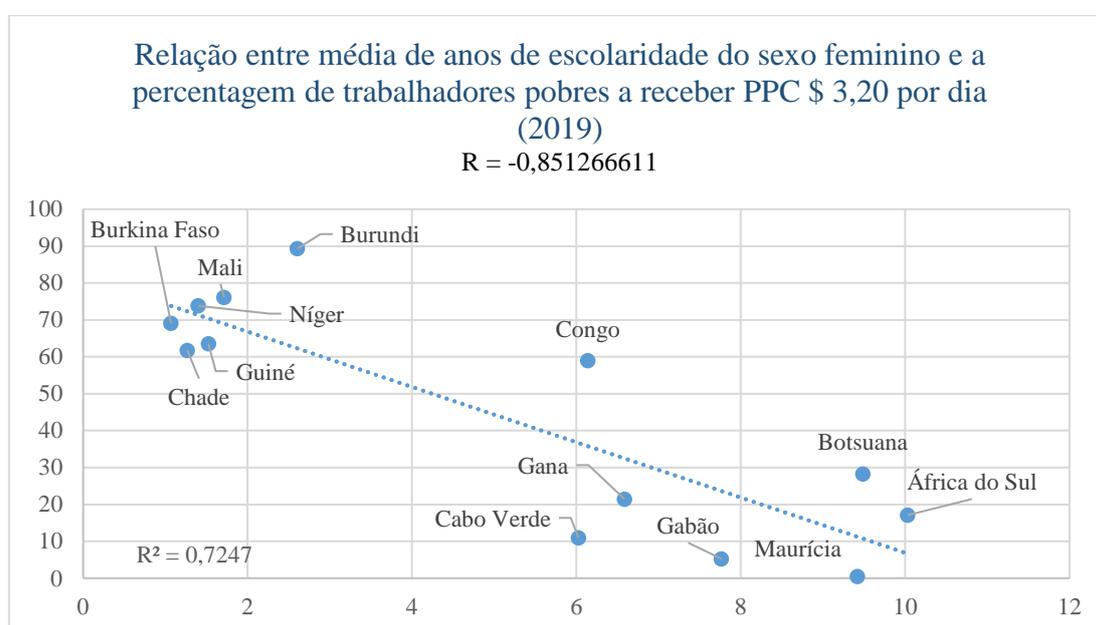


Gráfico 6- Relação entre a média de anos de escolaridade do sexo feminino e a percentagem de trabalhadores pobres a receber PPC \$ 3,20 por dia, no ano de 2019. Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.⁴

Os países com menor média de anos de escolaridade, do sexo feminino, são os que apresentam valores mais elevados de percentagem de trabalhadores pobres a receber PPC \$ 3,20 por dia, nomeadamente Chade, Guiné, Mali, Burkina Faso e Níger.

Em Chade a média de anos de escolaridade foi de 1,3 anos, e a percentagem de trabalhadores pobres foi de 62%. Na Guiné a média de anos de escolaridade foi de 1,5

⁴ Seicheles não consta no gráfico por falta de dados em ambos os indicadores.

anos e a percentagem de trabalhadores pobres foi de 64%. Em Mali os valores foram de 1,7 anos e a percentagem de 76%. Em Burkina Faso a média de anos de escolaridade foi de 1,1 e a percentagem foi de 69%. Por fim, Níger teve uma média de 1,4 anos e uma percentagem de 74%.

Burundi, teve melhores valores na média de anos de escolaridade do que os países mencionados, nomeadamente 2,6 anos, no entanto teve a mais elevada percentagem de trabalhadores pobres: 89%.

Congo embora tivesse uma média de anos de escolaridade de 6,1, semelhante a Cabo Verde de 6,0 e Gana de 6,6, teve valores muito mais elevados de trabalhadores pobres: Congo com 59%, Cabo verde com 11% e Gana com 21%. Cabo Verde e Gana tiveram valores semelhantes a Botsuana e a África do Sul na percentagem de trabalhadores pobres, Botsuana com 28% e a África do Sul com 17%, embora tivessem existido diferenças na média de anos de escolaridade: Botsuana e a África do Sul têm uma média de anos de escolaridade de 9,5 e 10 anos respetivamente, enquanto Cabo Verde e Gana têm de 6 e 6,6 respetivamente. Gabão e Maurícia são os que obtiveram uma menor percentagem de trabalhadores pobres, 5,3% e 0,5% respetivamente, embora a média de anos de escolaridade seja diferente: Gabão com 7,8 anos e Maurícia com 9,4.

A correlação entre estas duas variáveis é apresentada num valor inferior a -0,5, nomeadamente -0,851, o que evidencia que, no geral, quanto maior for a média de anos de escolaridade do sexo feminino num país, menor é a percentagem de trabalhadores pobres a receber PPC \$ 3,20 por dia.

4.2 Ensino e desenvolvimento humano

De maneira a compreender a relação entre a percentagem de população com pelo menos algum ensino médio do sexo feminino com o desenvolvimento humano, foram selecionados os indicadores mais convenientes, seja por utilidade para a análise ou pela limitação de dados de determinados países. Assim, foi realizada uma análise entre a percentagem de população com pelo menos algum ensino médio, do sexo feminino e com 25 anos ou mais, em 2021 e a taxa de natalidade de adolescentes, referente aos nascimentos por 1000 mulheres de 15 a 19 anos, no mesmo ano.

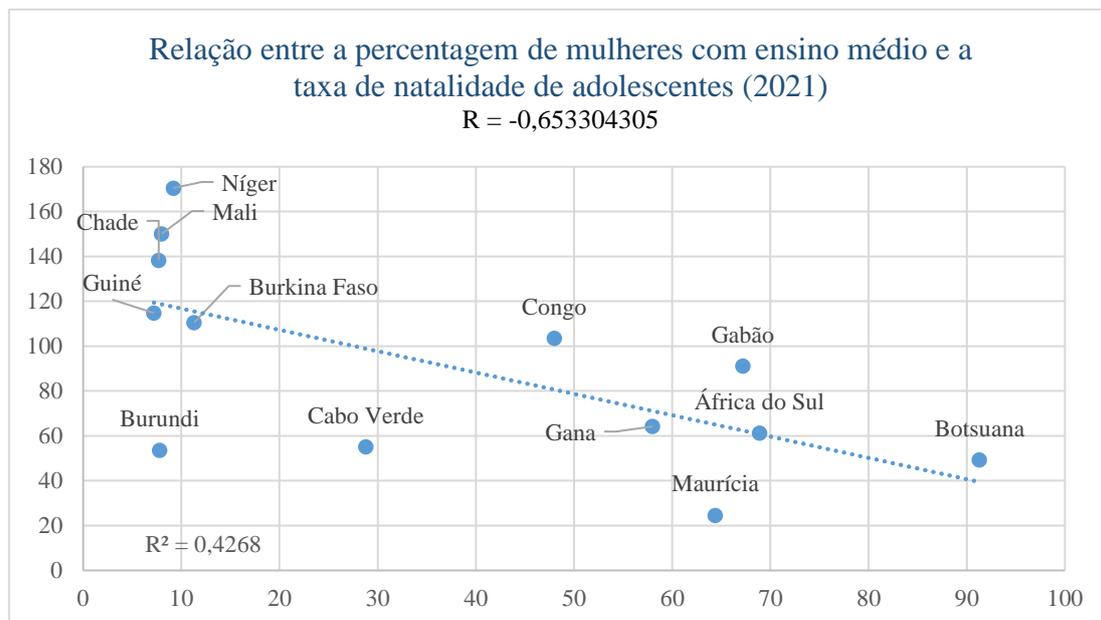


Gráfico 7- Relação entre a percentagem de população do sexo feminino, com 25 anos ou mais e com pelo menos algum ensino médio, e a taxa de natalidade de adolescentes, no ano de 2021. Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.⁵

Os países com menor percentagem de mulheres com algum ensino médio como Níger com 9,2%, Mali com 8%, Chade com 7,7%, Guiné com 7,2% e Burkina Faso com 11,3% foram os que apresentaram valores mais elevados na taxa de natalidade de adolescentes: Níger 171 nascimentos por 1000 mulheres, Mali com 150, Chade com 138, Guiné com 115 e Burkina Faso com 111.

Burundi, tinha valores semelhantes, aos países mencionados, de percentagem de mulheres com algum ensino médio, de 7,8%, no entanto tinha uma taxa de natalidade de adolescentes muito mais baixa de 54.

Cabo Verde, tal como Burundi, embora tivesse uma percentagem de mulheres com algum ensino médio mais alta que os anteriores países, de 28,8%, esta continuava a ser baixa, no entanto apresentava uma taxa de natalidade de adolescentes baixa, de 55 nascimentos, o que contrastava com o Congo e Gabão que embora tivessem uma percentagem de mulheres com algum ensino médio mais elevada, de 48% e 67,2%

⁵ Seicheles não consta por falta de dados na percentagem de mulheres com pelo menos algum ensino médio, embora tenha apresentado uma taxa de natalidade de adolescentes de 53,4 nascimentos por 1000 mulheres.

respetivamente, tinham também uma taxa de natalidade mais elevada: Congo com 104 nascimentos e Gabão 91 nascimentos.

Burundi, Cabo Verde, Gana, África do Sul e Botsuana apresentam valores semelhantes na taxa de natalidade de adolescentes, no entanto os valores diferem bastante na percentagem de população do sexo feminino.

Botsuana apresentava uma maior percentagem de mulheres com algum ensino médio, de 91,3%, que Maurícia, com 64,6%, mas este último apresentava a menor taxa de natalidade de adolescentes: Botsuana com 49 nascimentos e Maurícia com 25.

A correlação entre estas duas variáveis é apresentada num valor inferior a -0,5, nomeadamente -0,653, o que evidencia que, no geral, quanto maior for a percentagem de população com pelo menos algum ensino médio do sexo feminino, com 25 anos ou mais, menor é a taxa de natalidade de adolescentes.

O seguinte gráfico representa a relação entre a percentagem de população com pelo menos algum ensino médio, do sexo feminino e com 25 anos ou mais, com 25 anos ou mais, em 2021 e o índice de desenvolvimento humano, no mesmo ano.

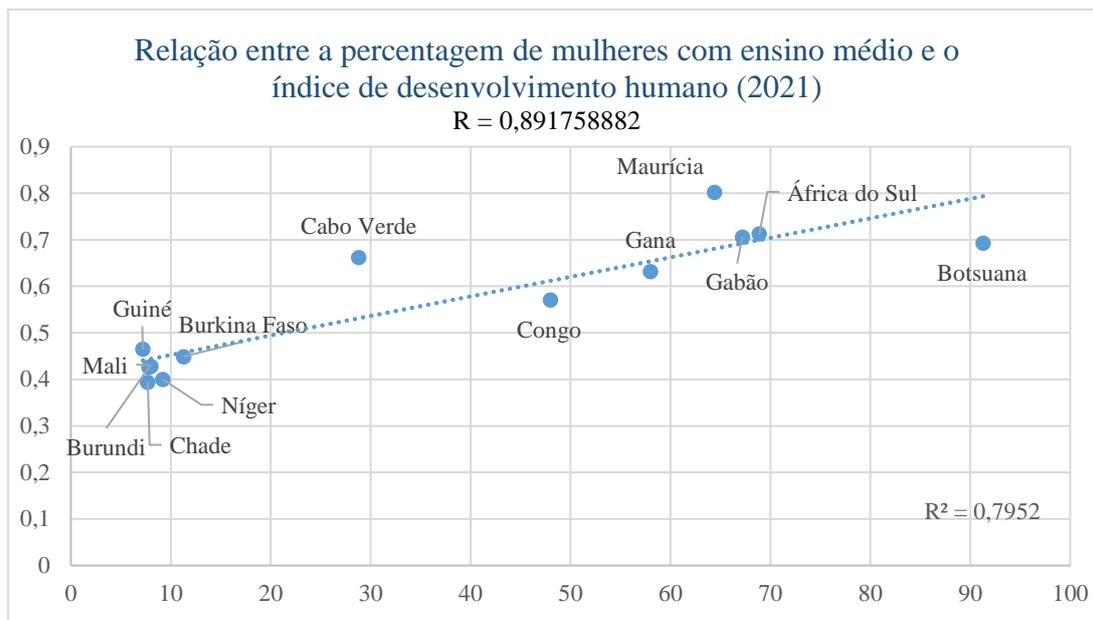


Gráfico 8- Relação entre a percentagem de população, do sexo feminino, com 25 anos ou mais e com pelo menos algum ensino médio e o índice de desenvolvimento humano, no ano de 2021. Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. ⁶

Os valores mais baixos de índice de desenvolvimento humano foram encontrados em países em que a percentagem de mulheres com algum ensino médio era menor, como Guiné, Burkina Faso, Mali, Burundi, Níger e Chade.

Na Guiné o índice de desenvolvimento humano foi de 0,465 e a percentagem de mulheres com algum ensino médio foi de 7,2%. Em Burkina Faso, o índice de desenvolvimento humano foi comparativamente mais baixo de 0,449 mas a percentagem de mulheres com algum ensino médio foi mais alta de 11,3%. Em Mali, o índice de desenvolvimento humano foi inferior a Burkina Faso, de 0,428, tal como a percentagem de mulheres com algum ensino médio de 8%. Chade foi o país com o índice de desenvolvimento humano mais baixo de 0,394, e o segundo país com a percentagem mais baixa de mulheres mais com algum ensino médio, de 7,7%.

Cabo Verde, continuou a ter uma percentagem baixa de mulheres com algum ensino médio, embora esta fosse mais alta que a dos anteriores países, de 28,8%, no

⁶ Seicheles não consta por falta de dados na percentagem de mulheres com pelo menos algum ensino médio, embora apresente um índice de desenvolvimento humano de 0,785.

entanto apresentava um índice de desenvolvimento humano elevado, de 0,662, o que contrasta com o Congo e Gana que embora tivessem uma percentagem de mulheres com algum ensino médio mais elevada, de 48% e 58% respetivamente, tinham um índice de desenvolvimento humano mais baixo que Cabo Verde: Congo com 0,571 e Gana com 0,632.

Gabão e a África do Sul apresentaram uma percentagem de mulheres com algum ensino médio semelhante a Maurícia: Gabão com 67,2%, a África do Sul com 68,9% e Maurícia com 64,4%. No entanto, este último apresentou o maior índice de desenvolvimento humano, de 0,802, enquanto que Gabão apresenta um valor de 0,706 e a África do Sul de 0,713. Botsuana embora tivesse uma percentagem de mulheres com algum ensino médio mais elevada, de 91,3%, tinha um índice de desenvolvimento humano semelhante a Gabão e a África do Sul, de 0,693.

A correlação entre estas duas variáveis é apresentada num valor superior a 0,5, nomeadamente 0,892, o que evidencia que, no geral, quanto maior for a percentagem de população com pelo menos algum ensino médio do sexo feminino, com 25 anos ou mais, maior é o Índice de desenvolvimento humano.

O gráfico 10 retrata a relação entre a percentagem de população com pelo menos algum ensino médio, do sexo feminino e com 25 anos ou mais, em 2018 e a incidência de malária por 1000 pessoas em risco, no mesmo ano.

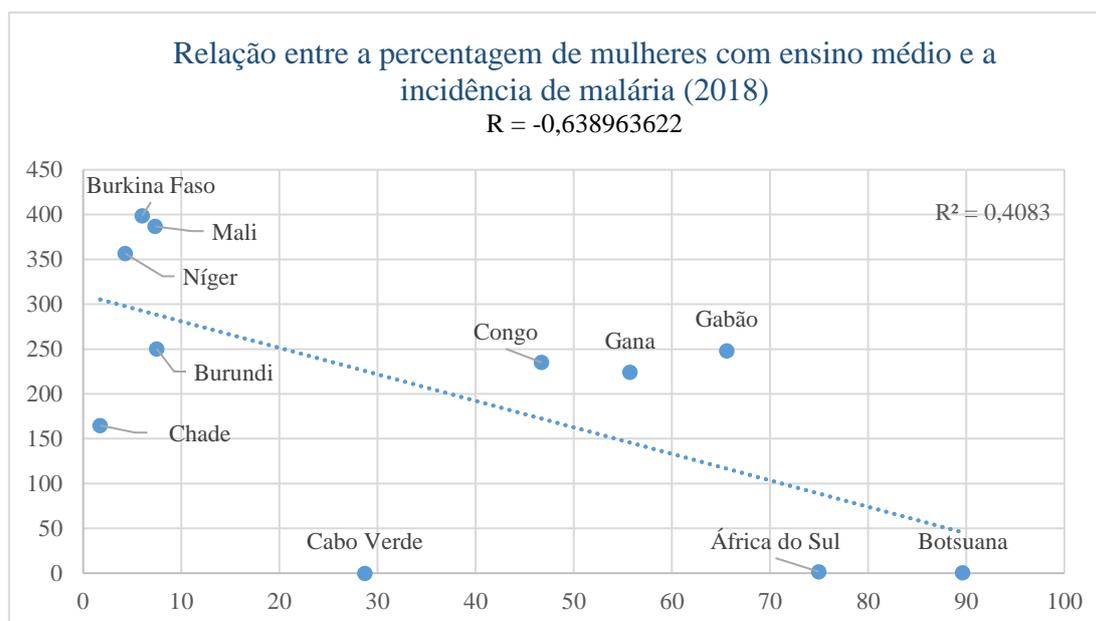


Gráfico 9- Relação entre a percentagem de população com pelo menos algum ensino médio, do sexo feminino e a incidência de malária, no ano de 2018. Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.⁷

Três dos cinco países com menor percentagem de mulheres com algum ensino médio, nomeadamente, Burkina Faso com 6%, Mali com 7,3% e Níger com 4,3% eram os que apresentavam valores mais altos de incidência de malária: Burkina Faso com 399 por 1000 pessoas em risco, Mali com 387 pessoas e Níger com 357 pessoas. Os outros dois países, Burundi e Chade embora também tenham uma menor percentagem de mulheres com algum ensino médio, de 7,5% e 1,7% respetivamente, tinham valores mais baixos de incidência de malária: Burundi com 250 pessoas e Chade com 165 pessoas.

Cabo Verde embora tivesse uma percentagem de mulheres com algum ensino médio mais alta que os anteriores países, de 28,7%, esta continuava a ser baixa, no entanto apresentou valores de incidência de malária muito baixos, de 0,01, o que contrasta com o Congo, Gana e Gabão que embora tenham uma percentagem de mulheres com algum ensino médio mais elevada, de 46,7%, 55,7% e 65,6% respetivamente, têm uma

⁷ Seicheles não consta por falta de dados em ambos os indicadores, Maurícia não apresenta dados na incidência de malária e Guiné não apresenta dados na percentagem de mulheres com pelo menos algum ensino médio.

incidência de malária mais elevada que Cabo Verde: Congo com 235, Gana com 224 e Gabão com 248 pessoas.

África do Sul e Botsuana tiveram as maiores percentagens de mulheres com algum ensino médio, 74,9% e 89,6% respetivamente, e também os mais baixos níveis de incidência de malária, semelhantes a Cabo Verde: a África do Sul com 1,7 e Botsuana com 0,6.

A correlação entre estas duas variáveis é apresentada num valor inferior a -0,5, nomeadamente -0,639, o que evidencia que, no geral, quanto maior for a percentagem de população com pelo menos algum ensino médio do sexo feminino, com 25 anos ou mais, menor é a incidência de malária.

Um dos indicadores selecionados de maneira a compreender a relação da educação e saúde foi a taxa de mortalidade de menores, assim foram analisadas as seguintes variáveis: a percentagem de população com pelo menos algum ensino médio, do sexo feminino e com 25 anos ou mais, em 2018 e a taxa de mortalidade de menores de cinco anos, por 1.000 nascidos vivos, no mesmo ano.

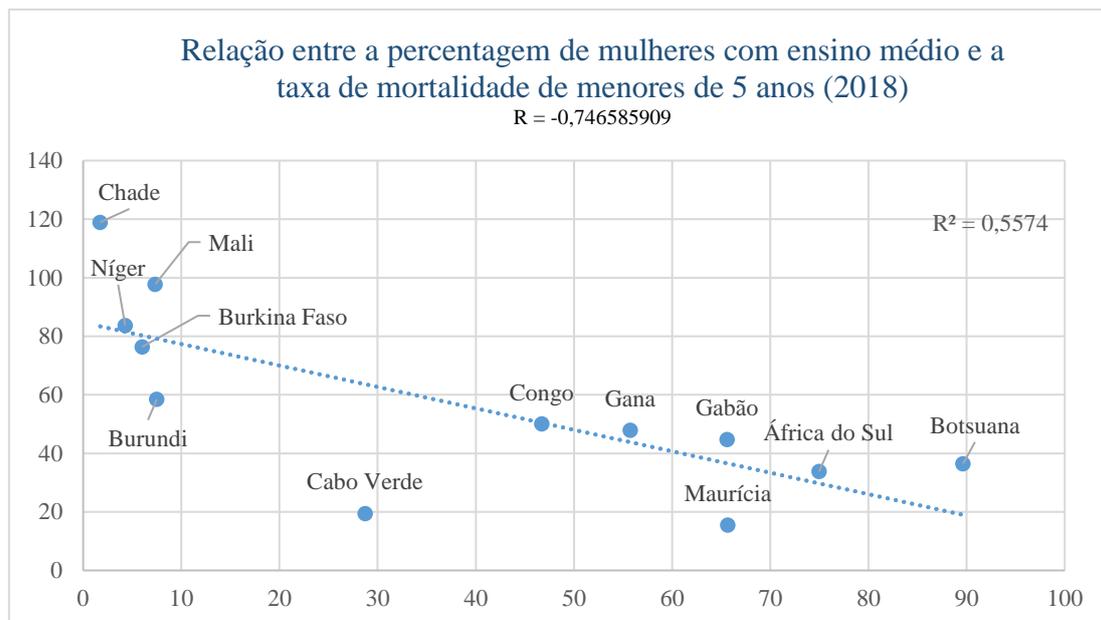


Gráfico 10- Relação entre a percentagem de população com pelo menos algum ensino médio, do sexo feminino, com 25 anos ou mais, e a taxa de mortalidade de menores de 5 anos, no ano de 2018. Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.⁸

Os valores mais elevados de mortalidade de menores de 5 anos foram encontrados em países em que a percentagem de mulheres com algum ensino médio é mais baixa, nomeadamente em Chade, Mali, Níger, Burkina Faso e Burundi. Chade teve a taxa de mortalidade de menores de 5 anos mais elevada de 119 mortes e a percentagem mais baixa de mulheres com algum ensino médio de 1,7%. Mali foi o segundo país com a mortalidade de menores mais elevada de 98 mortes, no entanto foi o quarto país com menor percentagem de mulheres com algum ensino médio de 7,3%. Níger foi o terceiro país com a maior mortalidade de menores de 84 mortes e o segundo país com a menor percentagem de mulheres com algum ensino médio, de 4,3%. Burkina Faso teve uma mortalidade de menores de 58 mortes e uma percentagem de mulheres com algum ensino médio de 6%. Burundi embora tivesse uma percentagem de mulheres com algum ensino médio baixa como os países mencionados, nomeadamente de 7,5%, apresenta um valor de 58 de taxa de mortalidade evidentemente inferior a estes países, semelhante a países

⁸ Seicheles não consta no gráfico porque não tinha dados para a percentagem de mulheres com algum ensino médio, embora tivesse uma taxa de mortalidade de 14,452. Guiné também apenas apresentava a taxa de mortalidade de 100,778.

como Congo e Gana que apresentam uma taxa de mortalidade de menores de 5 anos de 50 mortes e 48 mortes respectivamente, mas que têm uma percentagem de mulheres com algum ensino médio muito superior a Burundi, de 46,7% e 55,7%.

A semelhança ocorrida nos valores obtidos no Congo e em Gana, não ocorreu com Gabão e Maurícia, em que existiu uma percentagem de mulheres com algum ensino médio aproximada, no primeiro de 65,6% e no segundo de 65,7%, mas em que Maurícia se encontra com uma taxa de mortalidade mais baixa de 16 mortes, comparativamente com Gabão de 45 mortes.

Cabo Verde foi dos países com a taxa de mortalidade mais baixa, de 34 mortes, embora não tivesse das melhores percentagens de mulheres com algum ensino médio, de 75%.

África do Sul e Botsuana tiveram valores semelhantes na taxa de mortalidade de menores de 5 anos, o primeiro com 34 mortes e o segundo com 36 mortes, embora este último tivesse uma maior percentagem de mulheres com algum ensino médio de 89,6%, enquanto que a África do Sul tinha uma percentagem de 75%.

A correlação é inferior a -0,5, nomeadamente -0,747, o que evidencia que, no geral, quando maior for a percentagem de mulheres, com 25 anos ou mais, com algum ensino médio, menor será a taxa de mortalidade de menores de 5 anos.

O gráfico 12 representa a relação das duas variáveis: percentagem de população com pelo menos algum ensino médio, do sexo feminino, com 25 anos ou mais, em 2019 e a percentagem de trabalhadores pobres a receber PPC \$ 3,20 por dia, do emprego total, no mesmo ano.

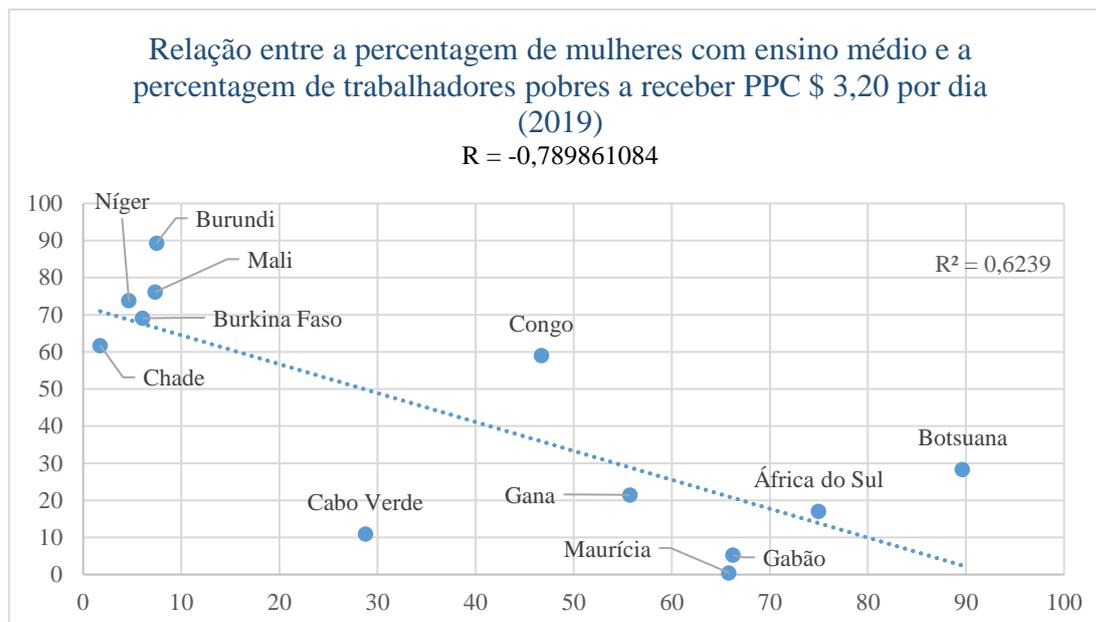


Gráfico 11- Relação entre a percentagem de mulheres com pelo menos algum ensino médio, com 25 anos ou mais, e a percentagem de trabalhadores pobres a receber PPC \$ 3,20 por dia, no ano de 2019. Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.⁹

Os valores mais elevados na percentagem de trabalhadores pobres a PPC \$ 3,20 por dia da percentagem total de emprego foram de Chade, com 61,7%, Mali com 76,1%, Níger com 73,8%, Burkina Faso com 69,1% e Burundi com 89,4%, e estes são os países em que a percentagem de mulheres com algum ensino médio foi mais baixa: Chade com 1,7%, Mali com 7,3%, Níger com 4,3%, Burkina Faso com 6% e Burundi com 7,5%. Cabo Verde foi dos países com a percentagem de trabalhadores pobres mais baixa, de 10,9%, embora não tivesse das melhores percentagens de mulheres com algum ensino médio, de 28,8%.

Congo e Gana embora tivessem valores semelhantes na percentagem de mulheres com algum ensino médio, de 46,7% e 55,7% respetivamente, diferem bastante na percentagem de trabalhadores pobres, tendo o Congo valores mais elevados de 59%, enquanto Gana tem 21,5%.

⁹ Seicheles não consta no gráfico porque não tinha dados para as duas variáveis. Guiné não consta por não ter dados para a percentagem de mulheres com pelo menos algum ensino médio, embora tivesse 63,533 % de trabalhadores pobres a PPC \$ 3,20, por dia, em 2019.

Gabão e Maurícia têm valores semelhantes em ambas as variáveis: Gabão tinha uma percentagem de 66,2% de mulheres com algum ensino médio e de 5,3% de trabalhadores pobres, enquanto Maurícia tinha uma percentagem de mulheres com algum ensino médio de 65,8% e de trabalhadores pobres de 0,5%.

A África do Sul embora tivesse uma maior percentagem de mulheres com pelo menos algum ensino médio, de 75%, tinha um valor semelhante, de 17,1%, de trabalhadores pobres a Gana com 21,5%. Botsuana apesar de ter a maior percentagem de mulheres com algum ensino médio, de 89,7%, não era dos países com menor percentagem de trabalhadores pobres, tendo um valor de 28,3%.

A correlação é inferior a -0,5, nomeadamente -0,790, o que evidencia que, no geral, quando maior for a percentagem de mulheres, com 25 anos ou mais, com algum ensino médio, menor será a percentagem de trabalhadores a receber PPC \$ 3,20 por dia.

4.3 Investimento em educação e desenvolvimento humano

Para ser possível realizar a análise da relação entre as despesas do governo em educação na percentagem do PIB (Produto Interno Bruto) e o desenvolvimento humano, foram selecionados os indicadores mais convenientes, seja por utilidade para a análise ou pela limitação de dados de determinados países. Assim, foi realizada análise da relação entre as duas variáveis: despesas do governo em educação da percentagem total do PIB, em 2018 e a taxa de mortalidade de menores de 5 anos, no mesmo ano.

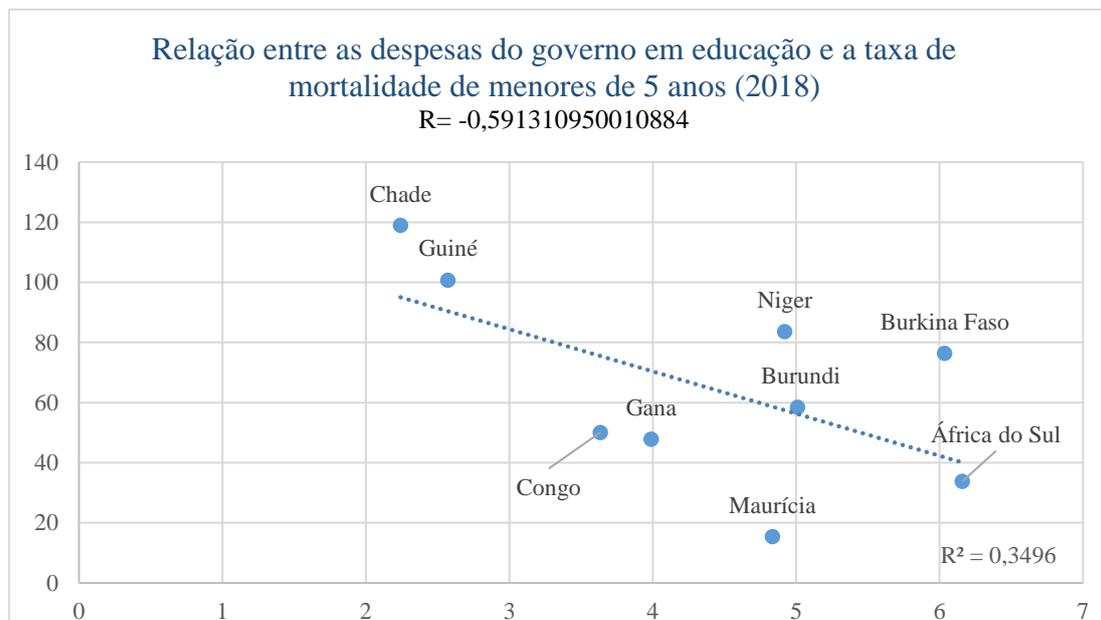


Gráfico 12- Relação entre as despesas do governo em educação na percentagem do PIB e a taxa de mortalidade de menores de 5 anos, no ano de 2018. Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.¹⁰

Chade e Guiné são os que tinham uma maior taxa de mortalidade de menores de 5 anos, o primeiro com 119 mortes e o segundo com 101 mortes, e são os que apresentavam também os menores valores de despesas do governo em educação, de 2,2% e 2,6% nomeadamente.

Níger e Burundi, comparativamente com os países anteriores, tinham maiores valores de despesas do governo em educação, de 4,9% e 5%, tinham uma grande taxa de mortalidade, o primeiro com 84 mortes e o segundo com 58 mortes.

Congo e Gana embora tivessem dos valores mais baixos em despesas do governo em educação, de 3,6% e 4%, tinham dos valores mais baixos também na taxa de mortalidade, 50 mortes e 48 mortes respetivamente.

A África do Sul e Burkina Faso embora tivessem a maior percentagem de despesas em educação, o primeiro com 6,2% e o segundo com 6%, Burkina Faso tinha ainda um valor muito alto na taxa de mortalidade, de 76, e a África do Sul era o segundo país a ter menores valores da taxa de mortalidade de 34. Maurícia era o país com a taxa de

¹⁰ Seicheles, Mali, Botsuana, Cabo Verde, Gabão não constam no gráfico porque não tinham dados na percentagem das despesas do governo em educação.

mortalidade mais baixa, de 16, embora não fosse dos países com maior percentagem de despesas do governo em educação, de 4,8%.

A correlação das duas variáveis é inferior a -0,5, nomeadamente -0,591 o que evidencia que, no geral, quanto maior for a percentagem de despesas do governo em educação da percentagem total do PIB, menor será a taxa de mortalidade de menores de 5 anos.

4.4 Alfabetização de adultos e desenvolvimento humano

De forma a compreender a relação entre a taxa de alfabetização de adultos e o desenvolvimento humano, foram escolhidos indicadores como o índice de desenvolvimento humano. O Gráfico 14 representa a relação entre as duas variáveis: Taxa de Alfabetização de Adultos, em 2018 e o Índice de Desenvolvimento Humano, no mesmo ano.

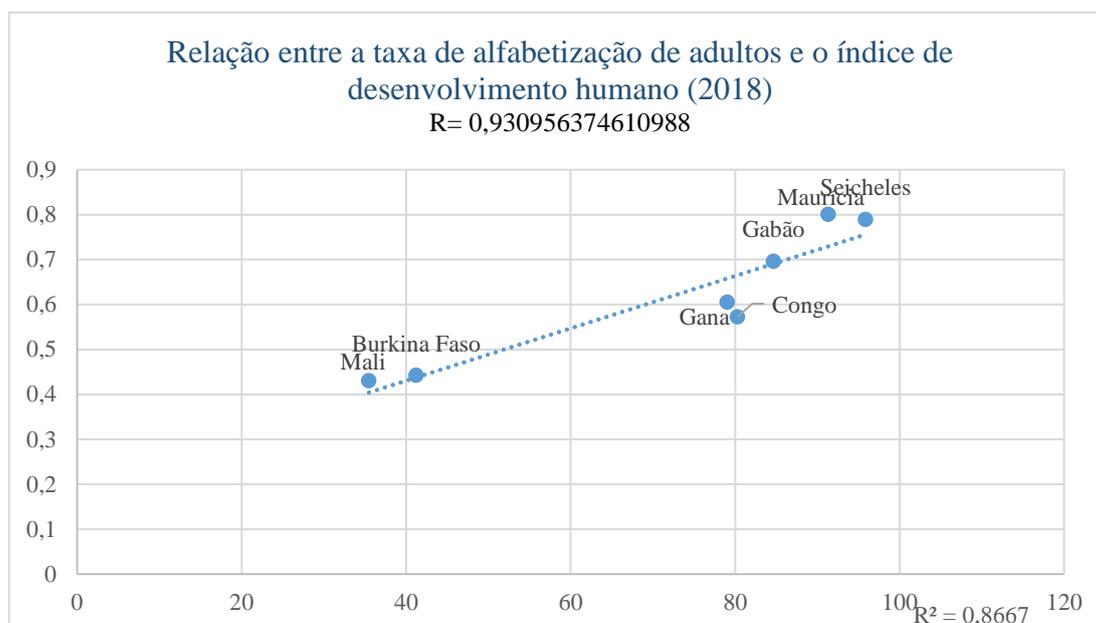


Gráfico 13- Relação entre a Taxa de Alfabetização de adultos e o índice de desenvolvimento humano, no ano de 2018. Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.¹¹

Burkina Faso e Mali são os que tinham a Taxa de alfabetização mais baixa, de 41,2% e 35,5%, e também o Índice de Desenvolvimento Humano, 0,443 e 0,431 respectivamente.

Congo e Gana tinham uma taxa de alfabetização e um Índice de Desenvolvimento Humano semelhante: o primeiro tinha uma taxa de alfabetização de 80,3% e um índice de desenvolvimento humano de 0,573, o segundo tinha uma taxa de alfabetização de 79% e um índice de desenvolvimento humano de 0,606.

Gabão, tinha ambos os indicadores ligeiramente mais elevados que os dois países referidos anteriormente: a taxa de alfabetização de 84,7% e índice de desenvolvimento humano de 0,697.

¹¹ Burundi, Chade, Guiné, Níger, Botsuana, Cabo Verde e a África do Sul não constam no gráfico porque não apresentaram dados para a taxa de alfabetização de adultos em 2018.

Maurícia e Seicheles são os que tinham maiores valores da Taxa de Alfabetização, 91,3% e 95,9% respectivamente, e do Índice de Desenvolvimento humano, de 0,801 e 0,79.

A correlação das duas variáveis é superior a 0,5, nomeadamente 0,931 o que evidencia que, no geral, quanto menor for a taxa de alfabetização de adultos, maior será o Índice de Desenvolvimento Humano.

O seguinte gráfico retrata a relação entre as duas variáveis: taxa de alfabetização de adultos, percentagem com 15 anos ou mais, em 2018 e a incidência de malária (por 1000 pessoas em risco), no mesmo ano.

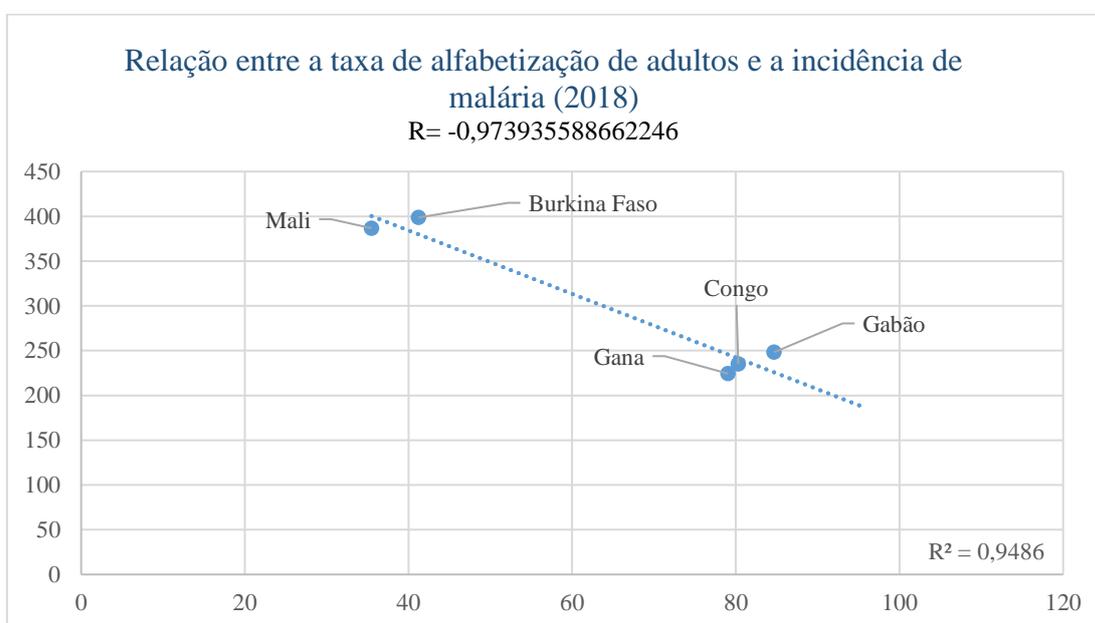


Gráfico 14- Relação entre a taxa de alfabetização de adultos e a incidência de malária, no ano de 2018. Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.¹²

¹² África do Sul, Cabo Verde, Botsuana, Níger, Guiné, Chade e Burundi não constam no gráfico porque não contêm valores na taxa de alfabetização de adultos, no ano de 2018. Maurícia e Seicheles não apresentaram dados relativamente à incidência de malária.

Burkina Faso e Mali tinham os valores mais elevados de incidência de malária, de 398 e 387 pessoas, e os valores mais baixos da taxa de alfabetização, de 41,2% e 35,5% respectivamente. Gabão, Congo e Gana tinham valores semelhantes, os três tinham valores mais baixos de incidência de malária, o primeiro com 248, o segundo com 235 e o terceiro com 224, mas uma maior taxa de alfabetização, de 84,7%, 80,2% e 79% respectivamente.

A correlação é inferior a -0,5, nomeadamente -0,974 o que evidencia que, no geral, quanto maior for a taxa de alfabetização de adultos, menor será a Incidência de malária.

Nos dados apresentados, ocorreu sempre uma correlação positiva ou negativa: os valores apresentados foram sempre superiores a 0,5 ou inferiores a -0,5. A correlação menos significativa apresentada foi entre as despesas do governo em educação da percentagem total do PIB e a taxa de mortalidade de menores de 5 anos, no ano de 2018, apresentando um valor de -0,591, mesmo assim este valor é inferior a -0,5 o que indica que existe um valor negativo de correlação, ou seja, valores baixos num indicador correspondem a valores altos no outro. A correlação mais significativa apresentada é entre a taxa de alfabetização de adultos e a incidência de malária, no ano de 2019, apresentado um valor de -0,974, o que indica que existe um grande valor negativo de correlação, ou seja, uma maior alfabetização de adultos leva a uma menor incidência de malária.

A análise realizada indica que os indicadores de educação e de desenvolvimento humano estão correlacionados, o que pode evidenciar que a educação pode ser um meio para alcançar ou acelerar o progresso para outros objetivos de desenvolvimento humano serem alcançados. Uma análise mais extensiva pode ser mais clara para a perceção da relação entre a educação e o desenvolvimento humano.

Capítulo 5: Conclusões

Os Relatórios de Desenvolvimento Humano têm a capacidade de informar e promover o bem-estar humano. Por meio desses dados é possível perceber a situação passada e atual de países e regiões do mundo em diferentes áreas.

A educação é um direito humano e mesmo assim ainda é negado a muitas crianças e jovens e isso fica evidenciado nos relatórios. Assim, é perceptível onde e em quem deveria haver um maior foco para levar a educação.

Os dados utilizados neste estudo levaram à conclusão de que existe uma correlação entre a educação e o desenvolvimento humano. A análise realizada mostrou que a educação, principalmente das mulheres, é fundamental no desenvolvimento de uma sociedade, como visto nos gráficos na análise de dados. Esta, mostrou também que um maior acesso à educação leva a que as desigualdades económicas e sociais sejam reduzidas, traz melhorias na saúde, reduzindo a mortalidade, pode acabar com o ciclo de pobreza, traz empoderamento social e coletivo e também conhecimentos e habilidades que levam a que tenham melhores empregos e uma maior qualidade de vida.

Os países estudados são os da África Subsaariana, ou seja, aqueles que têm um menor acesso à educação e com este estudo conseguimos perceber que é crucial um investimento na educação porque traz um maior desenvolvimento económico, social e humano para estes países que mais necessitam.

No entanto, as limitações nos dados para a pesquisa, na medida da falta de dados de vários países, em determinados indicadores, foi um obstáculo para conseguir fazer uma análise completa.

É necessário estender o estudo relativamente ao impacto da educação no desenvolvimento humano por este ser um tema urgente e que causa grandes debates. Assim, é preciso verificar a evolução da escolaridade nos países da África Subsaariana e razões para as diferenças apresentadas em evoluções distintas entre países, percebendo o que levou alguns países a distinguirem-se na educação e no desenvolvimento humano. É necessário verificar também se as correlações são notáveis num estudo mais alargado, por mais países, na relação entre a educação e o desenvolvimento humano. Comparar com a evolução também em outras regiões do mundo de ambos os indicadores. Por fim, estudar

o impacto de uma pedagogia mais “ecocêntrica” para a sustentabilidade mundial, a longo prazo.

A pandemia da COVID-19 veio criar barreiras ao acesso à educação no mundo. É necessário levar a educação, principalmente às mulheres, para que outras metas de desenvolvimento humano sejam alcançadas. Existe um provérbio africano que diz “If you educate a man, you educate an individual. But if you educate a girl, you educate a nation” (Nyamidie, 1999).

Referências Bibliográficas

- Baten, J., Haas, M., Kempter, E., Selhausen, F. M. (2020) *Educational Gender Inequality in Sub-Saharan Africa: A Long-term Perspective*, African Economic History Working Paper Series, No. 54/2020
- Bryman, A. (2004). *Social research methods*. Oxford: Oxford University Press.
- Charbott, C. & Ramirez F. O. (2000) “Development and Education”, *Journal of Philosophy of Education*, pp. 163-187
- Daou, H. S., & Filho, J. C. M. (2017), “John Rawls e Amartya Sen: Paralelo Entre a Teoria de Justiça como Equidade e a Justiça Focada nas Realizações”, *Revista de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica*
- Directorate-General for Internal Policies, Policy Department Citizen’s rights and constitutional affairs (2015), *Empowering women and girls through education*, European Parliament
- Jannuzzi, Paulo (2002), "Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais", in *Revista de Administração Pública*, vol. 36 (1), pp. 51-72
- Kopnina, H. (2020), “*Education for the future? Critical evaluation of education for sustainable development goals*”, *The Journal of Environmental Education*
- Linoff, G. S. (2016) *Data Analysis Using SQL and Excel*, Second Edition, Wiley, Indianapolis, pp. 581-591
- Milanovic, Branko (2016), *Global Inequality*, Cambridge (MA.), Harvard University Press.
- Nyamidie, John Kwami Esseboe Nyamidie. “Sep. 1999: “If you educate a man you educate an individual, but if you educate a woman you educate a family (nation).” – Fanti (Gana) Proverb”, *AFRIPOV.ORG*, 1999. Disponível em: <https://afriprov.org/sep1999/> . Acedido em 10 de setembro de 2022
- Oprean C., & Stan S., (2015) “The Importance of Investing in Education for Sustainable Human Development. The Case of Romania”, *Bulletin of Taras Shevchenko National University of Kyiv. Economics*, pp. 61-66
- Quivy, R. & Campenhoudt L. V. (1995) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Paris
- Rawls, J. (1993) “The Law of Peoples.” *Critical Inquiry*, vol. 20, no. 1, The University of Chicago Press, pp. 36–68
- Sen, A. (2009) *The Idea of Justice*. Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, pp. i-74
- Tacq, Jacques, 1997, *Multivariate Analyses Techniques in Social Science Research from problems to analysis*, London, Sage.
- Thornton, Arland, Shawn F. Dorius e Jeffrey Swindle (2015), “Developmental idealism: The Cultural Foundations of World Development Programs”, *Sociology of Development*, 1 (2), pp. 277-320.
- Tosun, J., & Leininge J., (2017) “Governing the Interlinkages between the Sustainable Development Goals: Approaches to Attain Policy Integration”, *Global Challenges*, Volume 1, Issue 9

- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, (2015) EFA Global Monitoring Report, “Teaching and Learning: Achieving quality for all. Gender summary”, pp. 1-187
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, Human Development Reports. “About Human Development”. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/humandev> . Acedido em 14 de junho de 2022.
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Sustainable Development. “THE 17 GOALS” Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals> . Acedido em março de 2022
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, (2020) Global Education Monitoring Report, “Inclusion and education: all means all” Paris, France, pp. 1-51
- United Nations (2015), Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development
- Wilkinson, R., Marmot, M. (Eds.). (2003) *Social Determinants of Health: The Solid Facts*, World Health Organization, pp. 7-30
- Yoo, S., Mosrur, R, Lee, E., Andrea, D. T. (2019) *Development as education for social justice*, Asia Pacific Education Review, Education Research Institute, Seoul National University, Seoul, Korea